

NORUEGUESA GANHA AVAL PARA EXPLORAR BACIA DE SANTOS

ANP aprovou comercialidade de campos que logisticamente favorecem investimentos no Litoral Paulista

Por Júnior Batista Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1_45212:1553093948/P-77-da-Petrobras.PNG?f=2x1&\\$p\\$f=d1b9e36&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1_45212:1553093948/P-77-da-Petrobras.PNG?f=2x1&pf=d1b9e36&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Norueguesa ganha aval para explorar Bacia de Santos (Agência Petrobras)

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou as declarações de comercialidade nos campos de Carcará e Norte de Carcará, da norueguesa Equinor, que ficam na Bacia de Santos, em alto-mar, na altura do sul do Litoral Paulista. Devido à localização, a exploração dessa região deve atrair investimentos e royalties para o Estado.

Agora, elas passam se chamar, respectivamente, campos de Bacalhau e Bacalhau Norte. Este último está em fase de desenvolvimento – sua infraestrutura já foi aprovada e agora a Equinor pode perfurar poços produtores e instalar plataformas de petróleo e construir gasodutos e oleodutos para escoar a produção.

A expectativa é que a reserva de 2 bilhões de barris entre em produção efetiva em 2023. Descoberto em 2012 e adquirido pela Equinor em 2016, Bacalhau, segundo a empresa, tem um reservatório de petróleo de excelente qualidade e gás associado, tornando-se “uma das maiores descobertas de petróleo da última década no Brasil”.

Há capacidade de produção de 220 mil barris/dia na nova unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência (FPSO) - tipo de navio utilizado pela indústria petrolífera para a exploração, armazenamento petróleo e/ou gás natural e escoamento da produção. O campo foi adquirido em parceria com a ExxonMobil (americana) e Petrogal (Portugal).

Esse é um passo importante que pode alavancar os investimentos na Bacia de Santos e uma nova chance da região faturar com o pré-sal no futuro, já que o Governo do Estado age para que estrangeiras retomem investimentos em petróleo e gás no Litoral Paulista.

Além da Equinor, atuam em campos próximos a Karoon (australiana), BP (britânica) e Total (francesa), a americana Axel voltou a investir no Brasil, segundo o setor de petróleo, gás e biocombustíveis da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. E há ambiente para potencializar o investimento na região.

Em produção

O campo de Lapa, dos franceses, também está em fase de produção, assim como o de Baúna, da Karoon, que foi comprado e está em processo de cessão da Petrobras à australiana. Ambas já possuem infraestrutura instalada e já podem começar a abastecer o mercado.

A Total já perfurou três dos seis poços em Lapa. Juntos, a capacidade de captação de gás total (gás natural) é de 1 bilhão de m³/dia, segundo a ANP. O bloco S-M-1500, da britânica BP, está em fase de exploração; Neon e Goiá, da Karoon, estão em desenvolvimento, assim como Bacalhau.

Australiana Karoon espera autorização da ANP

A petrolífera australiana Karoon aguarda a aprovação da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) para a cessão do contrato do bloco BM-40, no campo de Baúna. Também falta o aval para o plano de desenvolvimento de Neon e Goiás, segundo a empresa.

Atualmente, a maior parte da equipe da Karoon atua no Rio de Janeiro e outra em Itajaí (SC).

Possivelmente haverá novas oportunidades de contratação a partir da aprovação da ANP para os planos de desenvolvimento dos campos de Neon e Goiás, mas esses empregos não devem chegar até a Baixada Santista, segundo a empresa.

A Karoon pagou US\$ 380 milhões pelo campo de Baúna à Petrobras. Um outro pagamento de US\$ 285 milhões será feito até 2026 de acordo com os preços do barril de petróleo, caso alcancem de US\$ 50 a US\$ 70 entre 2022 e 2026.

A produção atual do campo de Baúna é de 16 mil barris por dia. A petrolífera australiana tem como meta produção diária de 25 mil a 30 mil barris/dia em 2022.

Guarujá

Uma área de 668 mil m² no Complexo Industrial Naval de Guarujá (Cing) foi posta à disposição de empresas de petróleo e gás pela Prefeitura, com expectativa de gerar até 3 mil empregos indiretos, conforme A Tribuna publicou na sexta-feira. Um protocolo assinado com o Estado tende a facilitar e agilizar o processo, inclusive perante a Companhia Ambiental do Estado (Cetesb). A ideia é que os laços com a iniciativa privada sejam estreitados.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 18/10/2020

CANDIDATOS DE GUARUJÁ TRAÇAM PLANOS PARA O PORTO

Expansão da área do complexo marítimo na Cidade é destaque

Por Fernanda Balbino Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.123391:1602959447/Porto-de-Santos.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=77b77cf&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.123391:1602959447/Porto-de-Santos.JPG?f=2x1&pf=77b77cf&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

TGG, Termag, Tecon e TEV estão entre os terminais localizados na Margem Esquerda do Porto em Guarujá (Foros: Carlos Nogueira)

Garantir áreas para a expansão da Margem Esquerda do Porto de Santos, em Guarujá, com a remoção de famílias que vivem em áreas portuárias invadidas, além de atração de empresas e capacitação profissional. Estes e outros temas fazem parte da pauta dos dez candidatos que concorrem a uma vaga de prefeito no município.

Guarujá é a cidade que abriga uma das margens do maior complexo portuário da América Latina. Porém, a cidade enfrenta os impactos do grande fluxo de caminhões que seguem aos terminais localizados no distrito de Vicente de Carvalho.

Para o candidato André Guerato (PSDB), apenas “sem políticos, com profissionalismo, transparência e eficiência” é possível melhorar a relação Porto-Cidade no município.

Já Dedé do Adélia (DEM) destaca a importância da Margem Esquerda e, por outro lado, os impactos da atividade portuária. “Vamos lutar para haja o devido recolhimento de impostos para cidade o que não acontece hoje”.

“Entendo que o Guarujá necessita ter o pertencimento do Porto, para isso precisamos alfandegar o Porto de Guarujá”, destacou Edilson Magaiver (Pode).

De acordo com o candidato Giovani Vassopoli (Rede), é preciso buscar harmonia e conciliar “os interesses de quem vive no Porto com os interesses de quem trabalha no Porto, a partir de ações que não sejam excludentes nem a um, nem a outro”.

A candidata Luciana Salituri (Patri) levanta a bandeira da capacitação profissional e garantia de infraestrutura aos trabalhadores que atuam no Porto. “A mudança se faz com transparência, gestão, competência e projeto”.

Para o candidato Miguel Calmon (PRTB), é preciso cobrar a viabilização de importantes investimentos nos acessos aos terminais portuários localizados no município. “A Autoridade Portuária não pode trabalhar de costas para o Guarujá. O Porto é nosso”.

Acesso também uma prioridade para o candidato Rodrigo Barboza (Republicanos). Para ele, a relação Porto-Cidade só poderá ser melhorada criando, de fato, o Porto de Guarujá, trazendo recursos para a cidade e melhorando as condições logísticas na região de Vicente de Carvalho. “É preciso criar infraestrutura viária, para beneficiar não somente a atuação logística, mas o dia a dia dos caminhoneiros e a vida da população como um todo”.

Já o candidato Sergio Zagarino (DC) defende a utilização de 100% da área portuária, “definindo de forma clara sua finalidade, transferindo os moradores atuais para regiões sem valor portuário e com condições dignas de vida”.

Outro concorrente, Valter Batista (PSOL), aponta o potencial de expansão portuária de Vicente de Carvalho e as oportunidades de crescimento no Complexo Industrial Naval de Guarujá (Cing). “O Porto precisa contribuir com o desenvolvimento sustentável da cidade”.

O atual prefeito Válter Suman (PSB), que concorre à reeleição, aponta que “a relação portocidade ideal deve conciliar eficiência na mobilidade urbana, desenvolvimento social e geração de empregos”.

Cidade conta com sete terminais

Dos 47 terminais do Porto de Santos, sete estão localizados na Margem Esquerda, em Guarujá. Eles embarcam e desembarcam diversos produtos como granéis sólidos, contêineres e veículos. Além de cargas, geram emprego e renda a moradores do município.

Localfrio S/A, Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá (Teag), Terminal Exportador do Guarujá (TEG), Terminal de Granéis do Guarujá (TGG), Terminal Marítimo do Guarujá (Termag), Terminal de Veículos de Santos (TEV) e Tecon estão entre os terminais da Margem Esquerda do cais santista. Há, ainda, dois terminais de uso privado (TUPs): Dow Química e Cutrale.

Guarujá ainda conta com área para expansão portuária, segundo o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto. Ela fica na região da Prainha, onde está prevista a armazenagem e a movimentação de contêineres e carga geral. Também há a previsão de implantação de berços entre o TEV e a Torre Grande.

Há alguns anos, a possibilidade de transferência de recursos para Guarujá entrou na pauta de discussões na Autoridade Portuária de Santos. A questão envolvia o pagamento de R\$ 30 milhões em tributos (como ISS) que seriam referentes a atividades realizadas no município, mas que são recolhidos para Santos. No entanto, a questão não avançou.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 18/10/2020

FREDERICO BUSSINGER: PORTO DE SÃO SEBASTIÃO: “JUST DO IT!” (*)

O desafio maior do Porto de São Sebastião, assim, não é a desestatização! É lograr destravar o processo de seu desenvolvimento para cumprir sua vocação histórica e o papel que a logística brasileira dele demanda

Por Frederico Bussinger

“Deitado eternamente em berço esplêndido, Ao som do mar e à luz do céu profundo...” (do Hino Nacional brasileiro)

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), estimulada pela pauta da desestatização, vem de realizar (30/SET) webinar para discutir o futuro do Porto de São Sebastião. Aliás, importante registrar, suas diversas unidades, Brasil afora, têm dedicado bom espaço à temática portuária: faço esse registro até com certa dose de inveja, pois não se vê atenção similar das entidades de engenheiros e economistas!

Desestatização foi tema de recente coluna (AT-2/OUT). E as vicissitudes do Porto de São Sebastião, particularmente na última década, em AT-25/SET, razão pela qual a iniciativa da OAB foi mais que oportuna. E os debates ao longo das 2h34 bastante ricos (https://drive.google.com/file/d/1HLumXLxX-rUXBslLqyCfu5TDT_mN997h/view). As virtudes do sítio portuário, entre as melhores do planeta, são praticamente uma unanimidade.

Seus três atributos, raros de coexistirem, repetidas ad nauseam: abrigado; não-estuarino (menos dragagens!); com águas profundas (25 m mínimos!). E mais: navios com duas entradas; 100 km do pujante Vale do Paraíba e rico interior paulista, acessável sem necessidade de se cruzar a metrópole paulistana (com a duplicação da Rodovia dos Tamoios, em curso, melhor ainda).

Paradoxal é que esse potencial vem sendo pra lá de subutilizado; como que ecoando o “deitado eternamente em berço esplêndido” (e seu contexto) do nosso Hino Nacional. Isso, mesmo após o Governo do Estado de São Paulo ter investido R\$ 290 milhões, desde a delegação (R\$ 270m até 2015); pois a movimentação patina: de 489mt em 2007, ultrapassou 800 mt em 08 e 12, mas veio declinando e foi de apenas 742 mt ano passado (pré-pandemia). Como disse um dos painelistas, “o poder público fez os investimentos, mas quem ficou com as margens foram os operadores”.

O desafio maior do Porto de São Sebastião, assim, não é a desestatização! É lograr destravar o processo de seu desenvolvimento para cumprir sua vocação histórica e o papel que a logística brasileira dele demanda.

As elites econômica, acadêmica e da mídia, que desalojaram os caiçaras e “privatizaram” parte relevante do Litoral Norte, já se sabia, vêm explicitamente se opondo à expansão do porto público de São Sebastião. Mas no evento, pode-se detectar uma potencial nova armadilha: a ideia de que, com “puxadinhos” localizados, é possível “chegar lá”; ideia embalada pela (simpática) bandeira/tese do “pé no chão”.

Os artigos anteriores mostraram que, pelo objeto da consultoria, o leque de possibilidades é amplo; ao menos formalmente: é possível fazer quase tudo... inclusive nada!

Mas, cuidando-se das questões trabalhistas, da relação porto-cidade-região-meio ambiente (também objeto de preocupações no webinar), há o que pode ser feito para não se transformar a atual tendência em destino. P.ex: i) Separar-se a condução dos processos de Santos e São Sebastião (aliás, quase uma unanimidade); ii) Não querer reinventar a roda: adotar-se, como ponto de partida, o projeto e o licenciamento existentes; iii) Como nem o governo paulista, nem o federal têm o Porto de São Sebastião como prioridade em suas agendas, adotar-se como modelo “default” a concessão integral: um bom caso onde o tal modelo australiano, tão propalado, pode funcionar; iv) Fazer-se avaliação expedita, com base nos estudos existentes, para fixação de “valor mínimo” da outorga: como, certamente, haverá disputa efetiva, esse valor tem relevância reduzida no processo; v) Antecipar-se o leilão para o início de 2021.

Parodiando conhecida marca esportiva, “just do it”! (*) Base da intervenção do autor no webinar da OAB.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 19/10/2020

PRESIDENTE DO CAP DE SANTOS É INDICADA PARA A DIRETORIA DA ANTAQ

A confirmação de Flávia Morais Lopes Takafashi no cargo depende de aprovação do Senado Federal

Da Redação

A advogada deverá ocupar a vaga do diretor Francisval Mendes, cujo mandato terminará em fevereiro (Carlos Nogueira/AT)

A presidente do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) de Santos, Flávia Morais Lopes Takafashi, foi indicada para assumir uma das vagas na diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o órgão regulador do setor. A medida integra o plano do Governo Federal de renovar a direção da Antaq.

A portaria encaminhando seu nome ao Senado, onde tem de ser aprovado, foi publicada na edição de hoje do Diário Oficial da União.

Flávia, que também é a diretora do Departamento de Gestão de Contratos do Ministério da Infraestrutura (Minfra), deverá ocupar a vaga do diretor Francisval Mendes, cujo mandato terminará em 18 de fevereiro de 2021. Mendes é primo do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes.

A indicada para a diretoria da Antaq é advogada e assumiu a presidência do CAP de Santos em agosto do ano passado.

Trata-se é a primeira mulher a ocupar o posto. Especialista em Regulação de Transportes Aquaviários, ela substituiu o advogado Rossano Reolon. Entre os temas que são destaque em sua gestão, estão o modelo de concessão do canal de navegação, contratações de dragagem e a definição de áreas para licitação.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 19/10/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS ANTAQ PARTICIPA DE EXERCÍCIO SIMULADO COM CESPRTOS/RS E POLÍCIA FEDERAL EM RIO GRANDE (RS)

O Chefe da Unidade Regional de Porto Alegre, José Allama, representou a Agência

O Chefe da Unidade Regional de Porto Alegre, José Allama, representou a ANTAQ em simulação coordenada pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – Cesportos/RS, para aferir a eficácia do Plano de Segurança Portuária no Porto do Rio Grande.

A atividade ocorreu na sexta-feira (16) no terminal de contêineres de Rio Grande (TECON) em conjunto com diversos órgãos, tais como Marinha do Brasil, Receita Federal, Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG), Brigada Militar, com a participação de representante do governo do Rio Grande do Sul, do superintendente regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, de policiais federais do Estado e de Brasília e funcionários do terminal.

O exercício previa o acesso não autorizado ao TECON, simulando situações de risco à vida de pessoas e ao patrimônio, com a finalidade de exercitar a resposta da equipe da Cesportos na gestão de ilícitos no ambiente portuário e, em paralelo, permitir à Polícia Federal testar a aplicação de técnicas de neutralização de ações criminosas e treinar táticas para conter ameaça de bomba.

Allama reconheceu a importância do simulado para fortalecer procedimentos de segurança de instalações portuárias e ampliar a sinergia de ações conjuntas no gerenciamento de crises decorrentes de ilícitos nos portos brasileiros.

Eventos similares já foram realizados nos portos de Santos (SP), Paranaguá (PR), Itajaí (SC) e Fortaleza.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data : 19/10/2020

ANTAQ REALIZARÁ AUDIÊNCIA VIRTUAL SOBRE LICITAÇÃO DE ÁREAS NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)

Data do encontro será em 21 de outubro, a partir das 15h

A ANTAQ estabeleceu que a audiência pública presencial prevista no âmbito dos Avisos de Audiência Pública nº 14/2020-ANTAQ e nº 15/2020-ANTAQ ocorrerá no modelo virtual no dia 21 de outubro de 2020, com início às 15h e término quando da manifestação do último credenciado, sendo 18h o horário limite para encerramento. As audiências são relativas às licitações de áreas no Porto de Vila do Conde (PA).

Toda a sessão virtual será transmitida via streaming a toda a Internet, gravada e disponibilizada no canal da ANTAQ no “Youtube”. Não é necessária inscrição para assistir à audiência pública. Os interessados em manifestar-se na audiência deverão se inscrever pelo aplicativo de mensagens “Whatsapp” no número (61) 2029-6940. O período de inscrição será das 10h às 14h do dia 21 de outubro de 2020;

Os interessados poderão enviar sua contribuição por vídeo, áudio ou até mesmo por escrito no “Whatsapp”. Os interessados também poderão se manifestar entrando na sala de reunião criada no aplicativo “ZOOM”. Para isso, no ato de inscrição, o interessado deverá se manifestar nesse sentido e encaminhar seu endereço eletrônico de login no “ZOOM” para ser convidado a entrar na sala na sua vez.

Em caso de problemas computacionais para utilização da ferramenta “ZOOM”, será realizada uma segunda tentativa de conexão ao final de todas as contribuições ou o interessado poderá encaminhar sua contribuição pelo “Whatsapp”.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data : 19/10/2020

SUPERINTENDENTE DA ANTAQ PARTICIPA DE DEBATE SOBRE AUDIÊNCIA PÚBLICA ORGANIZADO PELA OAB-DF

O superintendente de Regulação e presidente da Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários da ANTAQ, Bruno Pinheiro, participou, na sexta-feira (16), do webinar “Pontencial de Efetividade das Audiências Públicas”, organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil (Seccional DF).

Pinheiro ressaltou o constante diálogo que a Agência tem com o setor regulado, seja antes de publicar um ato normativo ou um edital de licitação de área portuária. O superintendente destacou que a autarquia vem realizando tomadas de subsídios e reuniões para estabelecer agendas positivas. “As tomadas de subsídios e as reuniões servem para nós aparmos o maior número de arestas possível antes de abrir determinada consulta pública”, explicou Pinheiro.

Para exemplificar a importância da participação da sociedade na consulta pública, o superintendente citou a Resolução Normativa Nº18, que aprovou a norma que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários, dos agentes intermediários e das empresas que operam nas

navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso, e estabelece infrações administrativas.

Pinheiro lembrou que a norma passou por duas consultas públicas e duas audiências presenciais. “Na primeira, recebemos 717 contribuições. Percebemos que a proposta do texto não estava adequada. Trabalhamos e melhoramos o texto. Fizemos, então, uma nova consulta pública. Dessa vez, tivemos apenas 54 contribuições, o que mostra que a norma estava mais apropriada.”

Participação virtual

Sobre as audiências virtuais, o superintendente afirmou que a Agência pensa em continuar com esses encontros mesmo depois da pandemia. Isso porque o número de participantes nessas reuniões on line tem sido considerável. “Na audiência virtual que tratou sobre as licitações de duas áreas no Porto de Santos, 1115 pessoas assistiram por algum momento à audiência, com média de 738 pessoas e pico de 832. Houve acessos, inclusive, de participantes na Suíça e na Alemanha”, destacou Pinheiro, ressaltando que a Agência também continuará com as audiências presenciais quando tudo estiver normalizado.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data : 19/10/2020

ANTAQ PRORROGA PRAZO DE TOMADA DE SUBSÍDIOS RELACIONADA À COBRANÇA DE SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINERES

Interessados podem contribuir até 3 de novembro

A ANTAQ prorrogou o prazo para o recebimento de contribuições por meio da Tomada de Subsídios Nº 3, relativa à concretização do tema 2.2 da Agenda Regulatória Biênio 2020/2021, que busca desenvolver metodologia para determinar abusividade na cobrança de sobre-estadia de contêineres. Agora, os interessados poderão contribuir até 3 de novembro.

Para mais informações, clique aqui.

<http://portal.antag.gov.br/index.php/tomada-de-subsidios-no-01/>

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data : 19/10/2020

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA APROVA NOME DE INDICADO PARA DIRETORIA-GERAL DA ANTAQ

A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado aprovou, nesta segunda-feira (19), a indicação de Eduardo Nery Machado Filho para exercer o cargo de diretor-geral da ANTAQ. A aprovação de Eduardo Nery obteve 14 votos favoráveis e um contra.

O Plenário da Casa, agora, apreciará o nome do indicado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. A data da deliberação ainda não foi definida.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data : 19/10/2020

PORTAL PORTO GENTE

BR DO MAR NO DEBATE FINAL

Editorial Portogente

Navegar é preciso, viver não é preciso.

Por tantas razões, a matriz de transporte brasileira está mergulhada em um estado de completa desordem. A ruptura aplicada como tratamento do caos, pelo ministro da infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, está movendo o Brasil. Com rumo e projetos acontece uma integração logística nacional para dar início a um novo ciclo econômico. Num País cuja extensão de cabotagem tem mais de 8 mil Km, faz-se urgente a Br do Mar.



https://portogente.com.br/images/BR_do_Mar.jpg

BR do Mar

É o caminho para a produtividade modal e a geração inovadora de oportunidades. Por isso, deve ser percorrido com passos firmes. Como dizia o ex-ministro e avô Roberto Campos, o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil. Lá “a cabotagem deve ser realizada por embarcações construídas e registradas nos EUA, de propriedade de cidadão americano, cuja tripulação seja formada por 75% de

cidadãos norte-americanos – conforme o Jones Act”.

Talvez na Comunidade Econômica Europeia (CEE) possamos encontrar inspiração para uma componente que contemple também a soberania costeira do Mercosul. Na Europa, os armadores são livres para operar na cabotagem de qualquer Estado Membro. Entretanto, na condição dos navios estarem registrados e navegarem sob a bandeira de um dos Estados Membros – Regulamento CCE nº 3577/92.

De acordo com o Projeto de Lei 4199/20, do Poder Executivo, que tramita com urgência constitucional, a navegação de cabotagem poderá ser feita por empresa estrangeira de navegação que constituir empresa nacional, permitindo-se o uso de embarcações estrangeiras afretadas. Permite também às empresas de navegação usarem parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) como garantia para a construção de embarcações em estaleiro brasileiro e para a manutenção ou reparo de embarcações próprias ou afretadas.

Na busca do tempo perdido e na construção de uma logística costeira produtiva, não se pode defender o monopólio, por todo tempo, dos estaleiros nacionais. Cumprindo o seu papel de bem informar, Portogente, promove amplo debate do projeto Br do Mar. E abre espaço para opiniões, sem qualquer coloração partidária. A hora é agora.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 19/10/2020

CABOTAGEM É IMPACTADA PELA FORTE ESTIAGEM

Redação Portogente

A economia e o abastecimento do estado do Amazonas são impactados pela seca de 2020

A estiagem está castigando diversas regiões do Brasil. O volume de chuvas está abaixo da média histórica na região centro-oeste desde 2019 e o cenário ameaça a navegabilidade da hidrovia Paraguai-Paraná, uma das principais vias fluviais da América do Sul. Segundo a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, CPRM, a seca na região é a pior nos últimos 22 anos.

De acordo com dados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, ANA, nas regiões dos estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro e Tocantins, identificou-se um aumento da estiagem nos meses de junho e julho.

A mesma seca que acomete outras regiões do país, está acometendo o Amazonas. De acordo com Erick Lourenço, Gerente da Aliança, a régua de Manaus está com 3 metros a menos de água em relação ao mesmo período de 2019.

“As alterações na altura do rio acompanham as variações climáticas. Alterações mais drásticas são esperadas para os meses nos quais ocorrem mais ou menos chuva, como no verão e no inverno. É um fenômeno natural que ocorre anualmente, com diversas variantes, por isso é difícil prever se uma vazante será maior ou menor a cada ano”, explica Erick

O impacto da altura do rio não é apenas ecológico. A região sofre também economicamente e com a distribuição de produtos. “O principal meio de transporte de carga na região é a cabotagem. Mas é necessário diminuir o volume de carga quando o rio atinge níveis mais baixos. A região do Tabocal, a aproximadamente 3 horas de navegação de Manaus, é hoje um ponto crítico para navegação. A profundidade é aproximadamente 6 metros menor do que a régua de Manaus, que também indica uma altura menor do que a esperada para a época”, comenta o executivo.

A navegação com o nível do rio mais baixo tem impactado diretamente a quantidade de carga transportada e o tempo da viagem. “Navegar com o rio mais baixo traz inúmeros desafios, mas é preciso estar mais atento. Nessa época, o tempo de viagem é maior e o transporte de carga não pode ser feito com grande capacidade, pois isso aumenta as chances de encalhamento nos trechos mais rasos”, explica Erick.

A redução na capacidade de transporte de cargas pode acarretar no desabastecimento da região, causando aumento da inflação nos produtos e serviços ligados a essa cadeia logística.

Como forma de minimizar o impacto, a Aliança, pioneira e líder de cabotagem no Brasil, está disponibilizando uma embarcação adicional para atender a demanda da região. “Não podemos operar com o tráfego de cargas regulares, tão pouco podemos seguir com a velocidade com a qual estamos acostumados. A solução que encontramos para mitigar os possíveis problemas de abastecimento na região foi colocarmos um navio adicional”, resume Lourenço.

De acordo com a Aliança, o tema vem sendo conduzido pela ABAC (Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem) junto ao DNIT, a Capitania dos Portos e as autoridades locais para que haja uma avaliação de medidas que possam ser realizadas nas regiões mais crítica do rio, como a do Tabocal.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 18/10/2020

PRÁTICOS DE SÃO PAULO RECEBEM PRÊMIO DE COMUNIDADE MARÍTIMA INTERNACIONAL

Assessoria de Comunicação



https://portogente.com.br/images/Praticagem_SP.jpg
Praticagem SP

O Prêmio IMO por Bravura Excepcional no Mar, considerado o de mais alto reconhecimento mundial, foi concedido Pela Organização Marítima Internacional, dentre 31 concorrentes, aos práticos Marcio Santos Teixeira e Fábio Rodrigues Alves de Abreu, integrantes da São Paulo Pilotos, indicados pelo Brasil, por sua determinação, profissionalismo e expertise no manejo de navios demonstrados em uma emergência causada por condições climáticas extremas durante operação envolvendo dois

navios petroleiros carregados de óleo no Terminal Almirante Barroso, no Porto de São Sebastião, em abril de 2019. É a segunda vez que brasileiros são indicados ao prêmio. O prêmio será entregue na sede da IMO, em Londres, em data a ser marcada.

Como resultado das ações corajosas dos práticos Márcio e Abreu, não se perderam mais vidas, foram evitados graves danos a estruturas de cais e instalações de petróleo e evitado um grande incidente de poluição marinha.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 19/10/2020

SCANNER DE CONTÊINERES CHEGA AO PORTO DE NATAL

Redação Portogente

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN) informa à Sociedade Potiguar que o Porto de Natal recebeu, no dia 8 de outubro último, o esperado "scanner" de contêineres. Os procedimentos de instalação foram iniciados, imediatamente, para a operação.

As conversações e negociações com os agentes públicos (Polícia Federal, Receita Federal, Anvisa e Ministério da Agricultura), armadores (CMA CGM) e operadores portuários (Progeco) que operam no Porto estão em andamento desde 2019 no sentido de aumentar a segurança.

A CODERN apresenta o agradecimento ao armador CMA CGM e ao operador portuário, Empresa Progeco, bem como ao conjunto de fruticultores (os principais clientes), que tornaram realidade a implantação e o funcionamento dessa necessária ferramenta de fortalecimento da Segurança.

Finalmente, informamos que, a partir da entrada em operação do "scanner", a Receita Federal passa a receber diretamente as imagens geradas pelo equipamento.

Assim, pode-se comprovar que foi dado mais um passo no sentido de transformar a operação e aumentar a credibilidade do Porto de Natal, qualificando-o como porta de entrada e saída do empresariado da região.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 19/10/2020

VLI AUMENTA A MOVIMENTAÇÃO DE FERTILIZANTES NO TIPLAM

Redação Portogente

Expectativa é receber 10% de toda a carga que o país compra

O cenário favorável para as commodities agrícolas, a busca por mais produtividade e o aumento de área plantada são alguns dos fatores que estão impulsionando a demanda nacional por fertilizantes. Especialistas estimam um crescimento de 3,5% em 2020 frente a marca de 36,2 milhões de toneladas de 2019. As importações devem representar 80% do total. A VLI, companhia logística que integra ferrovias, terminais intermodais e portos, registra parte desse aumento no fluxo das operações do Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam), na Baixada Santista. A estimativa da empresa é contribuir com o recebimento de aproximadamente 10% dos fertilizantes importados que o Brasil vai receber este ano.

A empresa opera dois berços para o segmento, um dedicado a receber o produto importado pronto para mistura, outro apto para insumos utilizados na fabricação nacional de fertilizantes. O volume de importados cresceu 63% enquanto o fluxo de matérias-primas teve um salto de 10%. Esse desempenho reflete a comparação de janeiro até setembro deste ano com o mesmo período de 2019. "Temos um crescimento sustentável no setor em razão dos investimentos realizados ao longo dos últimos anos na ampliação e capacitação do nosso terminal. Alinhada a isso, a parceria com os clientes tem consolidado um fluxo estratégico para o abastecimento do mercado", analisa Ricardo Lustosa, gerente-geral comercial Fertilizantes e Industrializados da VLI.

Atualmente, o terminal tem capacidade para cinco milhões de toneladas de fertilizantes e matérias-primas por ano. A operação da VLI no Tiplam reúne um amplo mix de itens utilizados

pelo agronegócio brasileiro. Entre os fertilizantes importados estão os complexos de potássio, fósforo, nitrogênio (KCL, Map, ureia etc). O fluxo de insumos conta com enxofre, rocha fosfática, entre outros.

Conexão Vitória-Minas

Além dessa operação, a VLI atende outro fluxo de fertilizantes conectando o Espírito Santo e Minas Gerais pela Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). As cargas desembarcam no Terminal de Produtos Diversos, no Complexão de Tubarão, e seguem de trem até o terminal de Araguari, no Triângulo Mineiro.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 19/10/2020

ISTOÉ **Dinheiro**

ISTOÉ - DINHEIRO

PPSA: PARADA DA PRODUÇÃO EM MERO REDUZ EM 29% FATIA DA UNIÃO EM AGOSTO

Em agosto, a produção de petróleo em regime de partilha foi de 22 mil barris/dia (bpd), 24% inferior ao registrado em julho, refletindo a queda da parada programada de 27 dias na produção da Área de Desenvolvimento de Mero, para execução das operações de desconexão da linha de 8 polegadas. “Com o impacto do resultado de Mero na produção em agosto, conseqüentemente, a parcela média diária de petróleo da União nos três contratos também apresentou queda de 29% naquele mês em relação a julho”, explicou a Pré-Sal Petróleo (PPSA) em nota.

Segundo a PPSA, a retração na produção de Mero vem ocorrendo desde abril, conforme planejamento da Petrobras, quando se iniciou a troca da linha de produção de óleo de 8 polegadas para a linha de serviço de 6 polegadas. Mero irá operar com uma linha de 6 polegadas até o fim de novembro deste ano, quando está prevista a instalação de uma segunda linha, também de 6 polegadas.

Dos 22 mil bpd, 11 mil bpd foram produzidos pelo Campo de Sudoeste de Tartaruga Verde, 8 mil bpd pelo Campo de Entorno de Sapinhoá e 3 mil bpd por Mero.

A média diária do total do excedente em óleo da União nos três contratos foi de 4,9 mil bpd, sendo 4,5 mil bpd no Entorno de Sapinhoá, 400 bpd na Área de Desenvolvimento de Mero e 42 bpd no Sudoeste de Tartaruga Verde.

Desde janeiro de 2017, início da série histórica, a produção acumulada dos três contratos é de 42,2 milhões de barris de petróleo. Desse total, a União teve direito a 6,8 milhões de barris.

Já a produção total média diária (consórcio e União) de gás natural foi de 256 mil metros cúbicos por dia nos dois contratos com aproveitamento comercial do gás natural, sendo 172 mil m3/dia no Entorno de Sapinhoá e 84 mil m3/dia no Sudoeste de Tartaruga Verde. O resultado foi 2,66% menor em comparação a julho deste ano.

A parcela diária da União em agosto de 2020 foi de 92 mil m3/dia, referente aos contratos de Entorno de Sapinhoá (91.589 m3/d) e Sudoeste de Tartaruga Verde (320 m3/d). O gás natural produzido em Mero, com alto teor de CO2, está sendo injetado no reservatório para um efetivo aumento da produção de petróleo. Até o momento, não há previsão para sua comercialização.

Desde novembro de 2018, início da série histórica, a produção acumulada nos dois contratos soma 178 milhões de metros cúbicos de gás natural. O excedente em gás natural acumulado no período é de 45,1 milhões de metros cúbicos, informou a PPSA.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 19/10/2020

CAMPOS NETO CITA EXPECTATIVA DE RETRAÇÃO DE 4,5% DO PIB EM 2020

Crédito: Raphael Ribeiro/BCB



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2019/12/57-1-768x432.jpg>
Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central
(Crédito: Raphael Ribeiro/BCB)

19/10/20 - 15h15 - Atualizado em 19/10/20 - 15h50
O Banco Central já trabalha com uma retração do Produto Interno Bruto (PIB) inferior a 5,0% em 2020. Em evento virtual na manhã desta segunda-feira, 19, o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, afirmou que as projeções atuais já

indicam um recuo menor que o esperado anteriormente, em meio à pandemia do novo coronavírus. Ele citou a expectativa de uma retração de 4,5% do PIB no ano.

O percentual, citado por Campos Neto durante evento do Milken Institute, é inferior ao publicado no último Relatório Trimestral de Inflação (RTI), de setembro deste ano, quando o BC projetou queda de 5,0% do PIB. No fim de junho, a projeção era de baixa de 6,4%.

A queda de 4,5% também está abaixo das previsões atuais do mercado financeiro. O Relatório de Mercado Focus, publicado hoje, indicou que a projeção mediana dos economistas do mercado é de 5,00% de queda.

Essas projeções estão abaixo das verificadas no auge da pandemia do novo coronavírus. Ainda no primeiro semestre do ano, algumas instituições financeiras chegaram a citar a possibilidade de recuo de dois dígitos do PIB brasileiro este ano. No entanto, Campos Neto tem lembrado que os programas do governo para sustentar a economia durante a crise minimizaram os efeitos sobre o PIB.

Auxílio emergencial

Na manhã desta segunda, em outro evento, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que as previsões iniciais eram de que o PIB brasileiro cairia 10%. Agora, as projeções de mercado estão em recuo de 5,5% e 5,0%. “Mas achamos que será menos, uma queda de cerca de 4%”, pontuou.

Segundo o ministro, o auxílio emergencial salvou “os sinais vitais da economia”. “O Brasil gastou 10% do PIB nessa operação de resgate na pandemia. O gasto foi o dobro dos emergentes, mas sem arrependimento”, disse.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 19/10/2020



EXTRA ONLINE

PREOCUPADA COM DEMANDA FRACA POR PETRÓLEO, OPEP PROMETE AÇÕES

Por Alex Lawler e Ahmad Ghaddar e Vladimir Soldatkin

LONDRES/MOSCOU/DUBAI (Reuters) - A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e produtores aliados se comprometeram nesta segunda-feira a agir em apoio ao mercado da commodity, à medida que crescem preocupações de que uma segunda onda da pandemia de Covid-19 possa afetar a demanda e de que um plano anterior do grupo para aumentar a produção a partir do ano que vem possa deprimir ainda mais os preços.

A Arábia Saudita, principal membro da Opep, disse que ninguém deve duvidar do compromisso do grupo em fornecer suporte ao mercado, enquanto três fontes de países produtores afirmaram que o aumento de bombeamento projetado para janeiro pode ser revertido caso necessário.

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, e o príncipe herdeiro saudita, Mohammed bin Salman, já trocaram dois telefonemas na semana passada. O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, disse que o contato regular é necessário, diante da volatilidade dos mercados.

A Opep e seus aliados, entre eles a Rússia, que formam o grupo conhecido como Opep+, têm reduzido produção desde 2017, na tentativa de sustentar os preços e diminuir os estoques.

"Esse grupo mostrou, especialmente neste ano, que possui flexibilidade para se adaptar a diferentes circunstâncias quando necessário. Nós não vamos nos esquivar das nossas responsabilidades em relação a isso", disse o ministro de Energia da Arábia Saudita, príncipe Abdulaziz bin Salman.

"Ninguém no mercado deve ter qualquer dúvida quanto ao nosso comprometimento e nossas intenções", acrescentou o príncipe Abdulaziz na abertura do comitê ministerial de monitoramento conjunto da Opep (JMMC, na sigla em inglês).

Por ora, a Opep está reduzindo sua produção em 7,7 milhões de barris por dia (bpd), após cortes de 9,7 milhões de bpd entre 1º de maio e 1º de agosto. Em janeiro, as restrições deverão ser flexibilizadas em mais 2 milhões de bpd.

Quatro fontes da Opep+, falando em condição de anonimato, disseram que o painel desta segunda-feira não fez qualquer recomendação formal sobre mudanças na política do grupo para 2021. A próxima reunião da Opep ocorrerá em 30 de novembro e 1º de dezembro.

(Reportagem de Alex Lawler e Ahmad Ghaddar em Londres, Vladimir Soldatkin em Moscou e Rania El Gamal em Dubai)

Fonte : Extra Online

Data : 19/10/2020

EXPORTAÇÃO DE MILHO DO BRASIL REDUZ RITMO NA 3ª SEMANA DE OUTUBRO

Por Roberto Samora

SÃO PAULO (Reuters) - A exportação de milho do Brasil somou 266,7 mil toneladas na média diária até a terceira semana de outubro, em ritmo inferior ao verificado até a segunda semana do mês (293,75 mil toneladas/dia), de acordo com dados divulgados nesta segunda-feira pelo governo.

Com isso, a média diária no acumulado do mês ficou abaixo das 273,8 mil toneladas/dia de outubro de 2019, quando o Brasil exportou ao todo cerca de 6 milhões de toneladas do cereal, segundo números da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Já a exportação de soja do Brasil atingiu 145,1 mil toneladas na média diária até a terceira semana do mês, ante 230,74 mil toneladas/dia da média de outubro de 2019.

A média de embarques, contudo, ficou acima da verificada até a segunda semana deste mês (134,7 mil toneladas/dia).

Fonte : Extra Online

Data : 19/10/2020

ORBIA, DA BAYER, PLANEJA EXPANSÃO NA AMÉRICA LATINA APÓS ACORDO COM BUNGE NO BRASIL

Por Ana Mano

SÃO PAULO (Reuters) - A Orbia, uma plataforma online para comércio de produtos agrícolas que pertence majoritariamente à alemã Bayer, aposta que um acordo com a trading norte-americana de grãos Bunge vai abrir caminho para uma planejada investida internacional, disse à Reuters nesta segunda-feira o presidente-executivo da companhia, Ivan Moreno.

Sob a parceria com a Bunge, anunciada em setembro, os 170 mil usuários cadastrados pela Orbia no Brasil podem vender produtos online para a companhia norte-americana, que assegurou direitos exclusivos de originação para a plataforma.

Moreno, um ex-executivo da Bayer, disse que o acordo permite que agricultores façam vendas antecipadas ou no mercado "spot" de milho e soja, em troca de dinheiro ou créditos para comprar insumos na Orbia nas próximas temporadas, uma transação tipicamente conhecida como "barter".

Os produtores também podem adquirir sementes, pesticidas e fertilizantes de 120 distribuidores credenciados por meio da plataforma, que fornece pontos de fidelidade que podem ser trocados por produtos ou serviços de apoio.

"A presença da Bunge adiciona muita liquidez ao modelo de negócios", disse Moreno.

A companhia se prepara para expandir para Colômbia, Argentina e México no ano que vem, permitindo a venda de café e trigo na plataforma, afirmou o executivo.

O lançamento da Orbia coincide com o surgimento de uma geração mais jovem de agricultores brasileiros, ávidos pelo meio digital. Gerentes de fazendas com idade de 25 anos a 35 anos representam 35% das lideranças agrícolas, ante 20% em 2013, disse Moreno.

À medida que mais produtores avançam para o ambiente online, a Orbia pode capturar até 20% do mercado de 110 bilhões de reais de insumos do Brasil em três anos, projetou Moreno. Em apenas uma semana de agosto, as vendas de insumos na Orbia atingiram 140 milhões de reais.

Além da Bunge, outras tradings podem se juntar à plataforma como compradoras, disse Moreno, que não forneceu um prazo para isso, já que a duração dos direitos exclusivos de originação da Bunge é confidencial.

Fonte : Extra Online

Data : 19/10/2020

INSPIRAÇÃO PARA INOVAR

NEGÓCIOS

EPOCA NEGÓCIOS

TURISTA DO FUTURO: CONHEÇA O PORTO PARA ESPAÇONAVES QUE SERÁ CONSTRUÍDO NO JAPÃO

Ideia é ser local de saída para turistas conhecerem o espaço em apenas um dia



https://s2.glbimg.com/N5JT9yoc5BwRqRYTPwyUj0Zv3vw=/620x430/e.glbimg.com/og/ed/f/original/2020/10/19/xhttp_cdn.cnn.com_cnnnext_dam_assets_201006181336-spaceport-city-noiz-architects-horizontal-2.jpg.pagespeed.ic.4e5zxixkec.jpg

Projeto de porto para espaçonaves turísticas (Foto: Divulgação)

Quem sonha em viajar para o espaço no futuro, quando essas viagens forem possíveis comercialmente, encontrará um "porto" de saída na Baía de Tóquio, com os arranha-céus da capital japonesa ao fundo. Esta é a ideia do

futurístico Spaceport City, de quatro andares, projetado para lançar turistas em viagens de um dia ao espaço, onde será possível vislumbrar a curvatura da Terra e experimentar a gravidade zero.

A ideia, é claro, é para o futuro mesmo, já que este tipo de passeio turístico ainda não está disponível. E, embora ainda seja um projeto, o "espaçoporto" também oferecerá instalações projetadas para ajudar os visitantes terrestres a se tornarem "mais familiarizados com o espaço", disse Urszula Kuczma, gerente de projeto, em entrevista a CNN.

Diferentemente dos lançadores de foguetes verticais convencionais, o Spaceport City foi projetado para as espaçonaves futuras, que se parecerão mais com aviões e decolarão horizontalmente.

Empresas já projetam espaçonaves para turismo

Empresas como a Blue Origin e a Virgin Galactic estão testando espaçonaves para turismo espacial. A Virgin Galactic está liderando o desenvolvimento deste tipo de lançamento, que se assemelha a um avião, horizontal. e para o qual a Spaceport City japonesa, por exemplo, foi projetada.

A empresa já realizou voos de teste com tripulação e já inscreveu mais de 600 passageiros para o ainda não programado vôo espacial, que não deverá custar menos de US\$ 250 mil por assento e terá duração de 90 minutos. A ideia é que este "voo" aconteça já em 2021, diz a Virgin.

Fonte : Epoca Negócios

Data : 19/10/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

COMISSÃO DO SENADO APROVA INDICAÇÕES PARA ANP E ANEEL

A expectativa do presidente da Comissão, Marcos Rogério (DEM/RO), é que as votações das indicações sejam feitas no plenário nesta terça

Por Larissa Fafá - 19 de outubro de 2020 - Em Notícias



https://846928.smushcdn.com/1787860/wp-content/uploads/2020/10/50507009137_975465a422_k-1-e1603136652387.jpg?lossy=1&strip=1&webp=1

A Comissão de Infraestrutura do Senado Federal aprovou nesta tarde a indicação de Rodolfo Sabóia para direção-geral da ANP

A Comissão de Infraestrutura do Senado Federal aprovou nesta tarde as indicações de Rodolfo Sabóia e Symone Araújo para os cargos de direção-geral e direção, respectivamente, da ANP. O atual secretário-interino de Planejamento

Energético, Hélio Guerra, também foi aprovado para direção na Aneel.

Todos os três foram aprovados com 13 votos favoráveis e dois votos contrários dos parlamentares presentes. A expectativa do presidente da Comissão, Marcos Rogério (DEM/RO), é que as votações das indicações sejam feitas no plenário nesta terça ou, no mais tardar, na quarta-feira.

Sabóia destacou sua experiência na Superintendência de Meio Ambiente da Diretoria de Portos e Costas da Marinha, cargo que ocupa há sete anos. Segundo o militar, foi a partir das operações de segurança ambiental de plataformas que teve seu contato inicial com a ANP.

O nome foi escolhido pelo atual ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que também fez carreira militar na Marinha.

Rodolfo Sabóia defendeu a redução do custo regulatório como principal contribuição da ANP para um cenário futuro de exploração de petróleo.

“Um exemplo é a oferta permanente, que deve atrair muitos atores porque simplifica o processo de leilão e esperamos que isso venha a despertar interesse de novos agentes”, explicou.

Sabóia concordou com senador Jean Paul Prates (PT/RN) sobre a importância das empresas públicas em alguns setores, mas ponderou que o desinvestimento recente da Petrobras é um reposicionamento da atuação da empresa.

Venda fracionada do GLP

Outro tema trazido pelo senador Nelsinho Trad (PSD/MS) foi a venda fracionada do gás de cozinha. Symone Araújo avaliou que o caso é um exemplo de desafio da agenda regulatória e assegurou que o tema entrará em debate na ANP, mas não adiantou qualquer opinião sobre o assunto.

“Passará por uma grande análise de impacto regulatório porque o GLP é dos combustíveis que mais chega à população”, disse.

A venda fracionada do GLP é defendida pelo presidente Jair Bolsonaro como mecanismo de redução de preço e já foi pauta de discussão no Senado e na Câmara dos Deputados.

Hélio Guerra teve sua indicação para o cargo de diretor na Aneel relatada pelo líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB/TO). O relator prévio da indicação, senador Eduardo Braga (MDB/AM), está internado por conta da Covid-19. De acordo com a assessoria, a internação foi feita por cautela e o parlamentar não tem maiores complicações da doença.

Guerra ocupa atualmente o posto de secretário-adjunto de Política Energética do Ministério de Minas e Energia. Ele destacou que um dos principais desafios da agência é a comunicação das novas normas para que haja entendimento do que se propõe no setor elétrico. “Regulação não tem futuro se viver sozinha”, avaliou.

Defendeu que a competitividade da geração fotovoltaica será a forma principal de garantir o crescimento da fonte

“Nossa estimativa com o PDE é de crescimento e ela já é hoje mais competitiva do que as pequenas centrais hidrelétricas. A queda de preço da fotovoltaica, independente de ser geração distribuída ou centralizada, vai contribuir para que ela chegue a mais lares brasileiros”.

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, e o diretor Efraim Cruz acompanharam presencialmente a sabatina do novo indicado.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 19/10/2020

PETROBRAS RELANÇA LICITAÇÃO PARA NOVO FPSO DO CAMPO DE JUBARTE

Por epbr - 19 de outubro de 2020 - Em Mercado offshore

A Petrobras relançou nesta segunda (19) a licitação para a contratação do FPSO que será instalado no projeto de revitalização do campo de Jubarte, o chamado Projeto Integrado Parque das Baleias, em águas profundas da parte capixaba da Bacia de Campos. O edital (pdf) foi disponibilizado pelo sistema Petronect e as propostas serão entregues em 17 de março de 2021.

O GTD (General Technical Description) da concorrência prevê a contratação do afretamento e operação de uma unidade com capacidade para produzir 100 mil barris/dia de óleo e 180 mil barris/dia de água – em 2017, detalhamos o projeto.

Na última sexta, a Petrobras anunciou o cancelamento da primeira licitação para contratação da plataforma e o adiamento do projeto, que agora tem entrada em operação prevista para 2024.

A Yinson foi a única empresa habilitada na concorrência, após a desclassificação do consórcio Bluewater/Saipem.

Nova fornecedora no mercado brasileiro, a Yinson tem sede na Malásia, venceu a disputa e foi contratada para construir e afretar um dos FPSOs do projeto de revitalização de Marlim – o outro está com a Modec.

Governo capixaba cobra projeto

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, cobrou neste sábado (17) uma explicação da Petrobras pelo adiamento do projeto de produção revitalização do Parque das Baleias.

“A decisão da Petrobras de adiar mais uma vez os investimentos no Parque das Baleias, no sul do Espírito Santo, e a ociosidade das instalações aqui existentes, seja na exploração do óleo e no tratamento do gás, precisa de uma explicação clara de quais são planos da empresa para nosso estado”, comentou o governador no Twitter.

Jubarte e Marlim são os únicos projetos do plano de negócios atual da Petrobras com entrada de novos FPSOs na Bacia de Campos. Em Marlim as duas unidades estão contratadas para 2022 e 2023 e serão utilizadas para substituir o sistema de produção atual. As plataformas existentes serão progressivamente descomissionadas.

Em 2014, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) determinou a unificação dos ativos, desencadeando uma disputa arbitral com a Petrobras que durou cinco anos, já que a unificação implica em maior pagamento de participações especiais, um tipo de royalty em que a alíquota é maior de acordo com a produção total dos campos.

Em 2019, foi assinado um acordo que desbloqueou o pagamento de R\$ 1,6 bilhão para o governo do Espírito Santo e municípios que fazem fronteira com o campo.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 19/10/2020

ENTREVISTA — ABERTURA DO MERCADO BRASILEIRO PODE AMEAÇAR INDÚSTRIA BOLIVIANA DE GÁS, AFIRMA MAURICIO MEDINACELI

Por Gabriel Chiappini - 17 de outubro de 2020 - Em Internacional, Mercado de gás, Setor elétrico, Solar, Transição energética

A baixa capacidade de investimentos públicos e um ambiente regulatório hostil à entrada de novos agentes no mercado de gás, pode deixar a Bolívia em uma posição frágil para competir com as alternativas de suprimento de gás no Brasil, especialmente o gás natural liquefeito (GNL) importado e a própria produção crescente do pré-sal, afirma Mauricio Medinaceli, ex-ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, entre 2005 e 2006.

“A abertura do mercado de gás no Brasil pode ser vista como uma ameaça à Bolívia, se Bolívia não fizer nada e deixar que ganhem este mercado o gás da Ásia, o gás da África, por meio do GNL, e inclusive do próprio pré-sal”, diz.

Em muitos pontos, Medinaceli parece estar falando do Brasil, onde há uma discussão – intensificada pela Lei do Gás – em que o governo e mercado vêm defendendo reformas para desenvolver a demanda pelo energético, que justifiquem novos investimentos em suprimento de energia, enquanto a Petrobras deixa a posição dominante no mercado

Na Bolívia, contudo, os gargalos começam na exploração, na descoberta de novas reservas, para o país continuar sendo uma fonte confiável de gás.

“Bolívia tem que fazer sua tarefa nos próximos anos. Mudando as instituições e modificando a legislação no país. Abrir oportunidades para os investimentos privados estrangeiros ou nacionais. E ter um diálogo aberto e honesto com Brasil e para ver qual é o futuro e como pode atuar nos curto e longo prazos”, afirma.

Medinaceli, que atua como consultor no mercado de óleo e gás, entende que independente do resultado das eleições presidenciais deste domingo (18), o governo que assumir não terá como bancar políticas populistas.

“Apenas posso dizer que, seja um governo de esquerda ou de direita, a economia fará que eles tenham que tomar medidas de cunho liberal, abrir para investimentos privados”, afirma nesta entrevista à eabr.

Medinaceli compartilha da visão que o gás natural terá um papel a cumprir na transição energética, mas isso não torna o energético imune à pressão de novas fontes de energia.

“A pergunta é se no plano nacional boliviano ainda queremos aproveitar essa janela de oportunidades enquanto o gás tenha valor. É necessário vender o gás enquanto ele tenha valor. Porque daqui a 50 anos, o valor do gás vai ser muito menor do que é agora. Não vai desaparecer, mas sua demanda será muito menor”, avalia.

Na íntegra, a entrevista com o economista Mauricio Medinaceli, ex-ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia e consultor no mercado de petróleo e gás

Atualmente, a Bolívia possui algum plano estratégico para exploração do gás natural?

Da minha perspectiva, a última política de gás natural séria que teve Bolívia e a nível nacional foi o acordo de exportação de gás entre Bolívia e Brasil. Porque esse projeto nacional transcendeu os governos da época, tanto de Brasil, quanto da Bolívia.

Não importava quem fosse o presidente, se sabia que havia uma rota definida, que era a exportação de gás para Brasil, que começou em 1999 e durante vinte anos se executa esse projeto.

A partir disso, não houve uma política que transcenda um governo. O que acontece é que entra outro governo, com outra visão, ou pior: pode entrar outro ministro, também com outra visão, que é o que aconteceu com o governo boliviano nos últimos quinze anos, em que cada presidente da estatal [YPFB] ou ministro de hidrocarbonetos desenhou uma agenda muito particular, que não se traduziu em ações, ficou no papel.

E que agendas são essas?

A política de hidrocarbonetos na Bolívia é sobretudo reativa e não propositiva. Ela reage à demanda do Brasil, à demanda do Paraguai, Argentina. Então, quando esses países pediram gás, Bolívia enviou o gás, sem uma estratégia clara.

Essa falta de estratégia fez com que o país, nos últimos quinze anos, não tivesse uma política de exploração séria, com recuperação de reservas, que iam se esgotando, para abastecer os mercados.

Isso fez com que nos últimos anos do governo Morales, Bolívia não pudesse mandar os volumes comprometidos com Brasil e Argentina. Isso levou o país a renegociar ambos os contratos, com Argentina primeiro e o Brasil depois, para baixar os volumes de entrega.

A situação que estamos agora é de um limite na capacidade de produção. Não é uma situação em que a demanda não está ativa, a Bolívia não pode vender tudo o que, potencialmente, o Brasil e a Argentina poderiam demandar.

Quanto à renegociação dos contratos, não se deve aos efeitos da pandemia?

A redução do volume veio em dezembro do ano passado, antes da pandemia. Agora é que vimos uma declaração pelo tema de força maior. Essa redução de volumes e preços afetará entre 1% e 1,5% do PIB boliviano este ano. Esse é o “efeito covid”.

Com a Petrobras reduzindo os contratos de importação de gás boliviano da YPF, como você enxerga a relação entre as duas empresas, e consequentemente entre Brasil e Bolívia?

Três palavras me vêm à cabeça. A primeira é lealdade. Com a Petrobras, a YPF abriu o mercado do gás no Brasil, por meio do gás boliviano. Grande parte do mercado que se tem no Brasil, se deve aos esforços da Petrobras, para o mal ou bem, como julgue, para abrir o mercado ao gás. Esse projeto foi muito audacioso, porque não havia mercado no Brasil, nem reservas suficientes na Bolívia. Portanto, era uma aposta de alto risco, que finalmente saiu bem.

A segunda palavra é respeito. Porque Brasil está apostando em abrir o mercado à iniciativa privada. E a Bolívia não pode dizer se isso lhe parece bom ou ruim, simplesmente respeitar a decisão soberana de um país, e nós temos que nos adaptar a essa nova situação de mercado, não há outra opção.

A terceira palavra é a amizade. Independentemente que se siga ou não vendendo gás ao Brasil, a maior fronteira que Bolívia possui é com o Brasil. E o comércio perdurará pelos próximos 50, 100 anos, exportando ou não o gás natural. Essa relação de longo prazo entre os dois países não se pode quebrar por um governo de ocasião em qualquer dos dois países.

E como essa abertura, a aprovação da nova Lei do Gás no Brasil, afeta a indústria de gás boliviana?

A abertura do mercado de gás no Brasil pode ser vista como uma ameaça à Bolívia, se Bolívia não fizer nada e deixar que ganhem este mercado o gás da Ásia, o gás da África, por meio do GNL, e inclusive do próprio pré-sal.

Por outro lado, pode ser uma grande oportunidade se Bolívia fizer sua tarefa, descobrindo novas reservas de gás, adaptando-se às novas condições do mercado, explorando a possibilidade de investir no Brasil, por meio da YPF.

Se houvesse uma relação de negócios conveniente para ambas as partes, as coisas funcionariam. A posição da Bolívia neste momento em matéria de negociação está muito debilitada, porque não temos a capacidade de produção que potencialmente teríamos.

Mas o gás boliviano seguirá competitivo para o mercado brasileiro?

A parte positiva é que existe um gasoduto que ainda não está pago. Porque a Petrobras construiu o gasoduto, que tinha que ser pago em volume durante quarenta anos. Já se passaram vinte anos, mas ainda restam mais vinte para pagar a Petrobras. Por esse motivo, Petrobras não vai deixar que não se transporte gás por este duto, uma vez que precisa recuperar o investimento feito.

A fronteira do Mato Grosso é um mercado natural para o gás boliviano, porque é mais barato do que levar GNL de um porto no Brasil até o Mato Grosso. A distância é muito grande, existe uma rede de gasoduto, mas não é suficiente.

Então, a Bolívia tem uma vantagem de abastecer os mercados da fronteira. Há dúvidas quanto a abastecer São Paulo, porque competir com o GNL é muito complexo neste momento. Mas na região do Mato Grosso existem opções com termoelétricas.

E quais são os principais desafios para a competitividade do gás boliviano?

Bolívia tem que fazer sua tarefa nos próximos anos. Mudando as instituições e modificando a legislação no país. Abrir oportunidades para os investimentos privados estrangeiros ou nacionais. E ter um diálogo aberto e honesto com Brasil e para ver qual é o futuro e como pode atuar nos curto e longo prazos.

Além disso, falta de investimento em exploração de novos poços. Por essa razão que, em dezembro do ano passado, foi feito um acordo entre Petrobras e YPFB para diminuir o volume mínimo transportado no Gasbol.

A presença estatal na Bolívia a frente da exploração do gás atrapalha?

Não necessariamente. Empresas privadas, desde o governo Morales, ficaram no país. Um dos temas centrais na Bolívia são os impostos. O sistema de impostos não funciona para os projetos de exploração, não há nenhum incentivo para a iniciativa privada investir na Bolívia.

E a YPFB poderia investir também no Brasil, buscar uma posição no pré-sal?

Não acredito. No máximo, a YPFB podia ter alguma participação em alguma distribuidora de gás no Brasil, mas estamos muito longe de fazer alguma atividade exploratória no pré-sal.

Como você avalia o papel do gás natural como o combustível da transição energética?

O gás natural contamina menos que o petróleo e seus derivados, mas contamina mais que a energia solar. Creio que houve muito investimento nos últimos dez anos, tanto em infraestrutura, como em upstream [exploração e produção] de gás natural, e esse investimento tem que ser recuperado. Os bancos estão fomentando o uso de gás natural para recuperar o financiamento aos projetos da década passada, como o pré-sal.

É necessário que se venda esse petróleo e gás. Os que investiram nesses campos não estão investindo em energia verde até que recuperam o investimento no pré-sal. Uma vez que recuperarem, virá a nova energia.

Eu trabalho na Ásia e lá, particularmente, e eu vejo que a aposta é clara na energia solar. A China está investindo uma quantidade gigante em tecnologia solar, e a Arábia Saudita também. Eles estão conscientes que o futuro será solar. A dúvida é se será nos próximos 50, 80 anos. Aí é que vão acontecer grande parte dos investimentos.

E como a Bolívia se encontra nesta transição?

A pergunta é se no plano nacional boliviano ainda queremos aproveitar essa janela de oportunidades enquanto o gás tenha valor. É necessário vender o gás enquanto ele tenha valor. Porque daqui a 50 anos, o valor do gás vai ser muito menor do que é agora. Não vai desaparecer, mas sua demanda será muito menor.

O que o sr. esperar do resultado das eleições na Bolívia?

Apenas posso dizer que, seja um governo de esquerda ou de direita, a economia fará que eles tenham que tomar medidas de cunho liberal, abrir para investimentos privados, desregular o tipo de câmbio, mudar leis, porque já não temos mais capacidade suportar políticas populistas.

Mesmo que entre o governo do candidato do anterior presidente Evo Morales, creio que a economia o obrigará a tomar medidas que talvez não sejam do agrado do povo.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 19/10/2020

JORNAL O GLOBO – RJ

ACORDO COM EUA PODE EVOLUIR PARA LIVRE COMÉRCIO, DIZ CONSELHEIRO DA CASA BRANCA

Em evento em SP, O'Brien diz que eventual redução de tarifas no futuro deve ser feita 'passo a passo' e ser boa para os dois países

Por Henrique Gomes Batista, Eliane Oliveira e Victor Farias



https://ogimg.infoglobo.com.br/mundo/24552885-36d-e34/FT1086A/652/x88957766_FILES-In-this-file-photo-S-National-Security-Advisor-Robert-O'Brien-is-seen-on-the-front-dr.jpg.pagespeed.ic.cnLfpT1G_G.jpg

O *conselheiro da Casa Branca, Robert O'Brien, que participou de evento em São Paulo* Foto: Mandel Ngan / AFP

SÃO PAULO e BRASÍLIA — O conselheiro de segurança dos Estados Unidos, Robert C. O'Brien, afirmou nesta segunda-feira, em um evento da Fiesp, que o acordo de facilitação comercial a ser assinado hoje entre Brasil e seu país pode evoluir, no futuro, para reduções de tarifas. Segundo ele, contudo, um acordo de livre comércio ainda precisa passar por algumas etapas.

— O acordo que será anunciado hoje (em Brasília) será um sinal muito positivo para o futuro, para um acordo de colaboração ainda mais abrangente entre EUA e Brasil que, em última análise, pode levar a um acordo de livre comércio entre os países, mas queremos fazer isso passo a passo — afirmou O'Brien.

Ele afirmou, na sequência, que é preciso “ter certeza” que este acordo a ser assinado hoje será bom para os dois países. O acordo prevê a redução de burocracia e de trâmites para o comércio entre as duas nações.

Demonstrando otimismo mesmo no fim do mandato americano, o conselheiro afirmou que a relação entre os dois países é “estratégica”, que os dois países são semelhantes, democracias de tamanhos comparáveis, e que o potencial da cooperação econômica entre os dois países, “é praticamente ilimitado”.

Em evento virtual promovido pela Câmara de Comércio dos EUA na manhã desta segunda-feira, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que os três acordos bilaterais devem “reduzir burocracias e trazer mais crescimento” ao comércio entre os dois países.

O pacote de medidas de facilitação do comércio, antecipado pelo GLOBO, pode baratear em até 15% os custos com o intercâmbio bilateral, que este ano somou US\$ 29,8 bilhões no período de janeiro a agosto.

Sem garantia de acesso a mercado

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também avalia que os acordos que serão assinados hoje abrem caminho para negociar um tratado de livre comércio com os americanos. Mas isso só seria possível se os termos fossem negociados com todos os países do Mercosul.

Pelas regras atuais do bloco, não se pode negociar separadamente um acordo que prevê a queda das tarifas. Daí a razão de os acordos que serão assinados nesta segunda-feira não significarem o maior acesso de produtos brasileiros ao mercado americano.

Assinatura de cartas de intenção

No evento da Fiesp também foi anunciada a assinatura duas cartas de intenções entre o Corporação Financeira para o Desenvolvimento Internacional (DFC) e instituições brasileiras.

Foram firmadas parcerias para eventuais investimentos de US\$ 300 milhões com o BTG Pactual para apoiar a expansão da carteira de empréstimos para pequenas e médias empresas (PMEs) e US\$ 259 milhões para a Smart Rio, projeto de iluminação pública no Rio de Janeiro.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 19/10/2020

GUEDES VÊ 'EXAGERO' EM INFORMAÇÕES SOBRE QUEIMADAS: 'NOS AJUDEM, EM VEZ DE SÓ CRITICAR'

Dados mostram aumento de queimadas; declarações foram dadas em evento com americanos
Por *Manoel Ventura*



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24700378-9d4-caf/FT1086A/652/xPaulo-Guedes-na-Camara-de-Comercio.jpg.pagespeed.ic.IPgfw5sPf3.jpg>

O ministro da Economia, Paulo Guedes, participa de evento da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos Foto: Reprodução

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Paulo Guedes, usou o seu discurso em evento com investidores americanos para rebater críticas de que o Brasil não preserva o meio ambiente, dizer que há “exagero” nas informações sobre mortes de índios e queimadas na floresta e pedir investimentos para o Brasil.

— Nos ajudem, em vez de só criticar — disse Guedes, falando em evento da Câmara de Comércio Brasil-EUA.

O Brasil tem sido pressionado por investidores internacionais a mudar sua política ambiental e reduzir o desmatamento na Amazônia. Na fala aos investidores estrangeiros, Guedes afirmou, porém, que há “exagero” nas informações sobre mortes de índios e queimadas na floresta. Para o ministro, o Brasil é miscigenado e por isso não haveria ódio à população indígena.

— Toda essa história sobre matar índios, sobre queimar florestas, é um exagero — afirmou o ministro.

A Amazônia Legal teve uma área de 1.359 km² sob alerta de desmatamento em agosto, a segunda maior em cinco anos, mostram os últimos dados divulgados pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia. A área com alertas é cerca de 300 km² maior que a de Belém (PA). Já o Cerrado teve 189 km² de área sob alerta, o menor número desde 2018.

A Amazônia teve o segundo pior setembro de queimadas da última década e o Pantanal teve o pior mês de sua história. Foram registrados 32.017 focos de calor na Amazônia, um aumento de cerca de 60% em relação ao mesmo mês do ano passado, de acordo com os dados do Inpe.

Já no Pantanal, o aumento foi de 180% em relação a setembro de 2019. Comparado ao recorde anterior do mês de setembro (2007), o número registrado em 2020 é 47% superior e, em comparação com o recorde geral anterior do bioma alagadiço o valor de 2020 é 35% maior.

Para Guedes, o problema na Amazônia, não é de agora, mas se arrasta há anos. O ministro admitiu, porém, que o Brasil não tem conseguido resguardar a floresta.

— Estava errado nos últimos 30 anos — disse o ministro, acrescentando: — Só quem não conhece o Brasil acha que gostamos de queimar a floresta, que gostamos de não preservar a floresta.

Guedes ressaltou, por outro lado, que o Brasil tem uma matriz energética limpa. Ele voltou a cutucar os americanos e dizer que os Estados Unidos tiveram, no passado, problema com índios, durante a exploração do Oeste do país e a exploração do ouro nas Black Hills.

Teto de gastos

O ministro também disse que o Brasil voltará a discutir reformas econômicas após as eleições municipais, marcadas para novembro, e disse que irá lutar pelo teto de gastos enquanto for necessário.

— O presidente está claramente do nosso lado — garantiu Guedes, para quem não há desculpas para criar despesas permanentes. — As medidas para conter a pandemia nunca foram desculpa para continuar gastando.

O ministro da Economia repetiu que a retomada do crescimento no Brasil em meio à crise provocada pelo novo coronavírus está ocorrendo de forma acelerada, em "V". Para ele, a economia do país vai cair cerca de 4% neste ano.

— O Brasil gastou 10% do PIB nessa operação de resgate na pandemia. O gasto foi o dobro dos emergentes, mas sem arrependimento.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 19/10/2020

COM CRESCIMENTO CHINÊS, BRASIL PODE ELEVAR EXPORTAÇÕES E ATRAIR INVESTIMENTOS, DIZ ESPECIALISTA EM CHINA

Vendas para o país asiático cresceram 8,3% neste ano. Para professor do Insper, modelo de controle da pandemia em Pequim deveria inspirar governo brasileiro

Por Gabriel Martins

RIO — De janeiro a setembro deste ano, na comparação com igual período de 2019, as exportações brasileiras para a China aumentaram em 8,3%. Um dos motores da retomada da economia global, o gigante asiático cresceu 4,9% no terceiro trimestre deste ano e deve ser uma das poucas nações a terminar o ano com números positivos, destacam analistas.

Para Roberto Dumas, professor de Economia Chinesa do Insper, a expansão da China contribui para a retomada da economia brasileira, especialmente com a venda de matéria-prima, como minério de ferro, e de insumos alimentícios, como soja e proteína animal. Além disso, futuramente, o país poder atrair investimentos em projetos de infraestrutura.

O professor pondera que a estratégia chinesa para combater a pandemia (confinamentos totais e testagens em massa) foi uma das responsáveis pelo crescimento observado de julho a setembro e sublinha que as eleições americanas deixam um cenário incerto quanto ao vigor do crescimento da China nos próximos anos.

Como a expansão da economia chinesa pode beneficiar a economia brasileira?

Quando a China cresce, é bom para o Brasil. Isso ocorre porque a demanda chinesa por commodities, como minério de ferro, tende a aumentar. Outros países sul-americanos também se beneficiam, como o Chile ampliando sua venda de cobre. Mas é importante destacar que a China está crescendo por meio de um forte investimento público na produção industrial e em construção civil. Se esses gastos que o governo está fazendo agora são necessários? Provavelmente, não... A China segue se endividando e postergando o rebalanceamento da economia, deixando de ter um PIB dependente em investimento público para mais participação do consumo. A estratégia da China durante a pandemia é importante, mas é como se fosse um crescimento anabolizado.

Além de minério de ferro, quais outros produtos brasileiros que têm sido mais comprados pela China?

Commodities agrícolas, especialmente soja, e proteína animal. No último ano, a China foi obrigada a dizimar cerca de 600 mil cabeças de suínos por conta da peste suína africana, que arrasou muitas áreas do país. Assim, a China se viu obrigada a expandir as compras de proteína animal, onde o Brasil se beneficiou. Além disso, a alimentação de suínos é, em sua maioria, por meio de farelo de soja. Outro ganho para o Brasil.

O Brasil tem buscado se alinhar com os EUA, onde o controle da Covid-19 foi mais brando do que na China, fato que pode frear a recuperação americana. Qual deve ser a estratégia brasileira?

Tome como exemplo o que aconteceu na Europa. Algumas áreas reabriram ainda sob o risco latente de uma segunda onda da doença. Ela veio e já há áreas de países como Espanha e Itália enfrentando novos movimentos de lockdown (confinamento total). Esses países estavam "ligando os motores" para retomar a economia, mas agora estão tendo de freá-los de novo. Em vez de recuperação em "V" (após atingir o ponto mais crítico da crise, o crescimento vem rápido), agora devemos começar a debater recuperação em "W" (após a queda, vem o movimento de recuperação, que rapidamente é engolido por nova queda, atrasando a saída da crise). A China fez um sério e abrangente trabalho de lockdown e testagens em massa da população. Sem dúvida, isso contribuiu para os bons resultados observados, independentemente do debate sobre a forma que o país tem crescido. O Brasil ainda segue numa primeira onda, com medidas de controle da pandemia mais fracas. O exemplo chinês de controle à doença é uma boa ideia a ser replicada.

O Brasil deve ampliar os laços com a China?

Caso Donald Trump seja reeleito nos Estados Unidos, precisamos observar como o governo brasileiro tende a se comportar. Em um passado recente, já foram ventilados comentários de que a Huawei não participaria do leilão do 5G no Brasil. Se uma gigante chinesa for cerceada em um mercado como o Brasil, é razoável projetar que a China faria alguma retaliação. Caso Biden seja o ganhador, a situação brasileira também segue delicada. O candidato já fez comentários críticos ao Brasil, especialmente sobre o meio ambiente. Além disso, Biden quer um grande acordo com a União Europeia, bloco que parece não estar muito disposto a fechar o acordo com o Mercosul. Resumindo, Brasil pode ter problemas para escoar a produção para os Estados Unidos e 27 países da União Europeia. Sem contar as nações do Oriente Médio que indicaram que poderiam romper laços comerciais com o Brasil caso a embaixada do país fosse mudada para Jerusalém. A China é um parceiro comercial importante...

Além de compras de commodities, os chineses podem trazer pra cá investimentos em leilões de infraestrutura?

Sem dúvidas, seria o "follow the money" (siga o dinheiro). Os países da zona do euro e os Estados Unidos estão em franco aumento do déficit fiscal, o Japão está patinando cada vez mais na economia, enquanto o chinês está com ímpeto de investir fora. Investir no Brasil, e em outros países de outros continentes, é bom para a China porque diversifica os mercados com os quais o país negocia e transformam as empresas chinesas em grandes players globais. Especialmente em infraestrutura, o Brasil está atraente porque há projetos a serem explorados, o câmbio do país está depreciado e as principais empresas nacionais do setor ainda enfrentam dificuldades financeiras após escândalos políticos e econômicos.

O consumo na China dá sinais de recuperação, mas as empresas estão endividadas e as exportações têm um peso ainda mais relevante na economia chinesa do que tinha antes da pandemia. Como as eleições americanas podem afetar o desempenho do PIB chinês?

O cenário é dicotômico e curioso. Em conversas com pesquisadores chineses, alguns têm pontuado que a vitória de Donald Trump pode até ser menos pior do que a de Joe Biden. A justificativa para este pensamento, segundo o que explicaram, é que a estratégia de Trump já é conhecida: ele ataca sozinho. Impõe tarifas por conta própria, proíbe empresas chinesas

americanas no território americano sem consultar qualquer órgão internacional, entre outras coisas. Ao fazer isso, ele acaba perdendo força e, em algumas vezes, é obrigado a voltar atrás. Já Biden tem reforçado que pretende construir uma coalizão internacional para debater propriedade intelectual, sempre seguindo órgãos globais, como ONU e OMC. A estratégia de Biden tende a ganhar mais capilaridade, criando uma barreira mais dura para a China. Não significa que os chineses gostem mais de um ou outro, mas as estratégias são diferentes, e as consequências para o país, também. Muitas vezes, Trump ataca os próprios aliados na Ásia, já Biden os quer por perto. Devemos aguardar para saber como a China será afetada pelas eleições americanas.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 19/10/2020

BOLSONARO DIZ QUE RELAÇÕES ENTRE BRASIL E PAÍSES ÁRABES ESTÃO EM SEU MELHOR MOMENTO

Presidente disse que Brasil está disposto a abrir novas frentes de diálogo com os países da região
Por Eliane Oliveira e Victor Farias

BRASÍLIA - Quase dois anos após afirmar, quando ainda era candidato nas eleições de 2018, que iria transferir a embaixada brasileira em Tel Aviv para Jerusalém, em Israel, o presidente Jair Bolsonaro disse, nesta segunda-feira, que as relações entre o Brasil e o mundo árabe se encontram em seu melhor momento. Bolsonaro ressaltou que seu governo quer ampliar os laços comerciais, culturais, históricos e de amizade com a região.

— Queremos aproveitar o enorme potencial que ainda há para ser explorado nos mais diversos setores e abrir novas frentes de diálogo, cooperação e trabalho pela prosperidade das nossas nações. Estou convicto de que a relação entre o Brasil e o mundo árabe se encontra, hoje, em seu melhor momento histórico — afirmou o presidente, ao abrir o Fórum Econômico Brasil-Países Árabes, seminário virtual que reuniu autoridades dos principais países árabes.

A possibilidade de mudança da embaixada causou preocupação entre os líderes dos países árabes, que emitiram sinais de que poderiam reduzir suas compras de produtos importações do Brasil. O tema é delicado, porque Jerusalém oriental é disputada por israelenses e palestinos. Recentemente, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, disse que a questão ainda está em aberto.

Bolsonaro lembrou a visita que fez, no ano passado, aos Emirados Árabes Unidos, ao Catar e à Arábia Saudita. A viagem "é evidência inequívoca" do interesse brasileiro no fortalecimento das relações com o Oriente Médio.

O presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, Rubens Hannun, destacou que serão assinados, entre hoje e terça-feira, uma série de atos. Mencionou, sem entrar em detalhes, um acordo criando rotas marítimas diretas entre o Brasil e portos árabes. Um deles seria no Emirados Árabes Unidos, segundo uma fonte envolvida no tema.

— Nossas economias são complementares, razão mais do que suficiente para estabelecer neste fórum parcerias ainda mais consistentes — disse Hannun.

— Vamos anunciar iniciativas para desburocratizar e dar segurança aos processos de exportação e importação, beneficiando os consumidores finais, principalmente árabes — acrescentou.

O Brasil é dos principais fornecedores de produtos aos países árabes, com ênfase ao mercado halal — em que são observadas regras muçulmanas desde a criação até o abate do animal e sua confecção para exportação. Segundo a Câmara de Comércio Árabe Brasileira, as exportações brasileiras para a região subiram 16,9% no primeiro semestre. Carnes de frango e bovina estão entre os maiores destaques da pauta brasileira.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 19/10/2020

GOVERNO ANUNCIA FUSÃO DE VALEC E EPL, A ESTATAL DO TREM-BALA

Nova empresa se chamará “Infra S.A.”
Por Manoel Ventura



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24701087-8fe-558/FT1086A/652/x88256926_PA-Brasilia-BSB-26-05-2020-Coletiva-interministerial-no-Palacio-do-Planalto-com-os-part.jpg.pagespeed.ic.vt3mKTKiV.jpg

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, responsável pela fusão da EPL com a Valec Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo / 26-05-2020

BRASÍLIA — O Ministério da Infraestrutura (MInfra) anunciou nesta segunda-feira a fusão das estatais Valec, responsável por construir ferrovias, e da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), criada em 2012 para implementar o projeto fracassado do trem-bala entre Rio e São Paulo.

A nova empresa vai se chamar Infra S.A.. As duas empresas serão formalmente incorporadas.

“A incorporação das empresas irá reduzir os custos de manutenção da União e priorizará o que há de melhor em conhecimento e capital humano de ambas para projetos de infraestrutura”, informou o ministério.

A previsão é que o plano de reestruturação seja apresentado em três meses e todo o processo de junção esteja concluído em nove meses. Após a implantação, serão realizadas avaliações trimestrais de acompanhamento da nova empresa, disse a pasta.

O Ministério da Infraestrutura diz que um dos principais objetivos da incorporação é otimizar os gastos por meio de uma empresa “mais enxuta, eficiente e sustentável”. Segundo a nota, a Infra S.A “terá a missão de estruturar os projetos de concessão de ativos à iniciativa privada em longo prazo”.

Todo o processo de transição será apoiado pela consultoria Falconi, especializada no segmento.

“Um novo modelo de negócios será criado pela consultoria, contemplando as seguintes perspectivas: organizacional, operacional e de gestão e seu plano de implementação. Em 90 dias, os consultores apresentarão os resultados do modelo, com padrões para a governança do projeto e o alinhamento estratégico com os principais executivos das empresas”, ressalta o ministério.

No ano passado, o governo chegou a informar que estudava a fusão da EPL, Valec e Infraero.

Fonte : O Globo - RJ
Data : 19/10/2020

ACORDOS COM EUA ABRIRÃO CAMINHO PARA O LIVRE COMÉRCIO, AVALIA CNI

Os governos do Brasil e dos Estados Unidos assinam três acordos para melhorar o comércio
Por Eliane Oliveira



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24632094-dfd-79c/FT1086A/652/x65742297_EC13-03-2017Homens-trabalham-no-navio-Kypros-sendo-abastecido-de-soja-no-terminal-T.jpg.pagespeed.ic.SGky-n0TMR.jpg

Navio sendo abastecido de soja no Porto de Santos Foto: Paulo Whitaker/Reuters / Reuters

BRASÍLIA — Os acordos que serão assinados nesta segunda-feira pelos governos do Brasil e dos Estados

Unidos abrirão caminho para uma negociação mais ambiciosa, que vai permitir um tratado de livre comércio com os americanos, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Embora os atos não tratem de acesso a mercados, será possível reduzir custos nas operações de comércio exterior entre os dois países.

— Há grande expectativa no setor privado para iniciarmos as negociações dos acordos de livre comércio e para evitar a dupla tributação — disse o diretor de desenvolvimento industrial da CNI, Carlos Abijaodi.

De acordo com ele, a redução da burocracia, dos custos de transação e dos atrasos desnecessários relacionados ao fluxo comercial de bens, a partir de medidas de facilitação de comércio, permitirá maior competitividade e eficiência às operações comerciais.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) prevê uma economia de cerca de 14% dos custos no comércio exterior com a eliminação dessas barreiras.

Está prevista a assinatura de três acordos: facilitação de comércio, boas práticas regulatórias e normas para evitar a corrupção no comércio bilateral.

Um acordo de livre comércio com os EUA só seria possível se fosse negociado com todos os países do Mercosul. Isto porque, hoje, os sócios do bloco cobram alíquotas de importação no intercâmbio com terceiros mercados, através da Tarifa Externa Comum (TEC).

Pelas regras atuais, não se pode negociar separadamente um acordo que prevê a queda das tarifas. Daí a razão de os acordos que serão assinados nesta segunda-feira não significarem o maior acesso de produtos brasileiros ao mercado americano.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 19/10/2020

BOLSONARO ASSINA PROJETO DE LEI QUE REGULAMENTA START-UPS

Proposição, que ainda não teve detalhes divulgados, precisa ser analisada pelo Congresso para entrar em vigor

Por Victor Farias e Daniel Gullino



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24700762-2feb1/FT1086A/652/xbolsonaro-startup.jpg.pagespeed.ic.uV4vq-v4jK.jpg>

O presidente Jair Bolsonaro assina projeto de lei, ao lado do ministro Paulo Guedes e do secretário Carlos da Costa Foto: Reprodução/Facebook

BRASÍLIA — O presidente Jair Bolsonaro assinou nesta segunda-feira um projeto de lei que trata sobre a regulamentação das start-ups. A informação foi anunciada pelo presidente em rede social. A proposição

será encaminhada ao Congresso.

— O Brasil é o quarto maior mercado digital do mundo, temos evoluído muito nos últimos meses, mas queremos avançar mais ainda, facilitando o ambiente de negócios. Assim sendo, estamos assinando agora o projeto de lei que trata do marco legal das startups — disse.

De acordo com a Secretaria-Geral da Presidência, o objetivo da proposta é simplificar a criação de empresas inovadoras fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação e regulamentar o ambiente regulatório experimental.

Na gravação, Bolsonaro aparece ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa. Guedes disse que, com o projeto, o Brasil entra "na revolução digital com toda a força"

Costa afirmou que a proposição traz "grandes avanços no financiamento de startups, reduzindo a burocracia, dando incentivos do governo". Segundo ele, o projeto dá um "ambiente adequado para as nossas startups" e torna o Brasil "cada vez mais inovador".

Fonte : O Globo - RJ

Data : 19/10/2020

ROYALTIES DO PETRÓLEO DERAM SALTO EM SETEMBRO

Por Lauro Jardim

Em setembro, foram pagos 2,148 bilhões a título de royalties de petróleo no Brasil, um crescimento de 7% em relação ao mesmo período de 2019, de acordo com a ANP.

No ano, porém, entre janeiro e setembro, foram pagos R\$ 16,9 bilhões, o que significa uma queda de 2,6% ante os nove primeiros meses do ano passado no total pago. Desse montante, estados e municípios ficaram com a maior bolada, 62,1% e a Saúde e Educação na lanterna, com pífios 8,5%.

O Rio de Janeiro mantém-se folgadoamente na dianteira com 74% do total recebido pelos estados, seguido de São Paulo com 9,5%.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 19/10/2020

‘ESTAMOS NO PONTO DE INFLEXÃO E PRECISAMOS PASSAR CREDIBILIDADE’, DIZ PRESIDENTE DO BC

Roberto Campos Neto defendeu agenda de disciplina fiscal e reformas para que investimentos voltem a acontecer no país

Por Gabriel Shinohara



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24700336-3e4-ee3/FT1086A/652/x87661924_BrasiliaDF-27-03-2020Pronunciamento-do-presidente-da-Republica-Jair-Bolsonaro-com-o-p.jpg.pagespeed.ic.G2AFIjP-.jpg

Campos Neto afirmou que a dívida alta do governo está freando o crescimento Foto: Pablo Jacob / Pablo Jacob

BRASÍLIA — O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, defendeu mais uma vez nesta segunda-feira que o país volte para uma agenda de disciplina fiscal, com menos gastos, e de reformas econômicas. Campos Neto afirmou que o momento atual é um “ponto de inflexão” em que o país precisa passar credibilidade para investidores.

— Entendemos que estamos no ponto de inflexão que precisamos passar credibilidade. Nós precisamos voltar para o plano original de ir para o investimento privado e restaurar a credibilidade e no nosso caso, a credibilidade está e estará conectada com a disciplina fiscal e continuação das reformas. Tenho confiança que vamos alcançar isso.

Nas suas últimas falas, o presidente do BC tem defendido que o aumento de gastos no período de pandemia foi um desvio necessário, mas que o país precisa voltar para a agenda inicial do governo, que envolvia redução das despesas e reformas econômicas.

As seguidas defesas dessa agenda por Campos Neto vêm em meio às discussões sobre uma possível extensão o estado de calamidade, o que permitiria mais gastos pelo governo. Tanto o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) quanto o ministro da Economia, Paulo Guedes, negaram que isso poderia acontecer.

Essas incertezas quanto às despesas do governo têm elevado a curva de juros. Com mais dúvidas sobre o futuro, os compradores de dívida do governo, que sustentam os gastos extras, estão cobrando mais para emprestar recursos. Segundo Campos Neto, um crescimento descontrolado das despesas diminui a credibilidade do país e dificulta a atração dos investimentos.

— Estamos no ponto de inflexão na curva fiscal que se você quer induzir crescimento, é melhor gastar menos do que gastar mais porque nós estamos sendo penalizados pelos mercados e estamos perdendo credibilidade por ter uma dívida muito alta que está criando uma incerteza que está freando o crescimento por causa das expectativas.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 19/10/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GUEDES E CAMPOS NETO REVISAM EXPECTATIVA PARA TOMBO MENOR DO PIB NESTE ANO

Presidente do Banco Central projeta retração de 4,5% na atividade econômica, enquanto o ministro da Economia estima queda de cerca de 4%, menor que as previsões do mercado financeiro

Por Fabrício de Castro, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O Banco Central já trabalha com uma retração do Produto Interno Bruto (PIB) inferior a 5% em 2020. Em evento virtual na manhã desta segunda-feira, 19, o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, afirmou que as projeções atuais já indicam um recuo menor que o esperado anteriormente, em meio à pandemia de covid-19. Ele citou a expectativa de uma retração de 4,5% do PIB no ano.

A queda, citada por Campos Neto durante evento do Milken Institute, é inferior ao publicado no último Relatório Trimestral de Inflação (RTI), de setembro deste ano, quando o BC projetou queda de 5% do PIB. No fim de junho, a projeção era de baixa de 6,4%.

O recuo de 4,5% também está abaixo das previsões atuais do mercado financeiro. O Relatório de Mercado Focus, publicado na manhã desta segunda, indicou que a projeção mediana dos economistas do mercado é de 5% de queda.

De manhã, em outro evento, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que as previsões iniciais eram de que o PIB brasileiro cairia 10%. Agora, as projeções de mercado estão entre recuo de 5,5% e 5%. “Mas achamos que será menos, uma queda de cerca de 4%”, pontuou.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/3/6/1599664575363.jpg>

Segundo Guedes, o auxílio emergencial salvou “os sinais vitais da economia” brasileira. Foto: Marcos Corrêa/PR - 9/6/2020

Essas projeções estão abaixo das verificadas no auge da pandemia do novo coronavírus. Ainda no primeiro semestre do ano, algumas instituições financeiras chegaram a citar a possibilidade de recuo de dois dígitos do PIB brasileiro este ano. No entanto, Campos Neto tem lembrado que os programas do governo para sustentar a economia

durante a crise minimizaram os efeitos sobre o PIB.

Segundo Guedes, o auxílio emergencial salvou “os sinais vitais da economia”. “O Brasil gastou 10% do PIB nessa operação de resgate na pandemia. O gasto foi o dobro dos emergentes, mas sem arrependimento”, disse.

/ COLABORARAM THAÍS BARCELLOS E EDUARDO RODRIGUES

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 19/10/2020

BRASIL MELHOR QUE AMÉRICA LATINA NO PÓS-COVID

Instituto Ifo, think-tank alemão, ouviu 950 especialistas em economia em 110 países sobre a retomada econômica pós-pandemia.

Por **Fernando Dantas**

O Brasil deve se sair economicamente da crise da Covid-19 melhor do que a América Latina como um todo, segundo pesquisa coordenada pelo Instituto Ifo de Pesquisa Econômica, com sede em Munique e um dos maiores ‘think-tanks’ alemães (https://www.econpol.eu/sites/default/files/2020-10/EconPol_Policy_Report_26_Covid_Road_Recovery.pdf).

A pesquisa, divulgada agora em outubro, ouviu 950 especialistas em economia em 110 países entre 12 e 29 de agosto. Uma primeira rodada do levantamento, com foco nos efeitos econômicos da pandemia, foi realizada em abril.

Segundo a média dos cenários mais favoráveis dos especialistas consultados sobre o Brasil, o PIB nacional deve recuar 6,1% em 2020 e crescer 2,8% em 2021.

Mas os analistas apontaram também o que consideraram como um cenário pessimista e outro otimista. No caso do Brasil, a média do primeiro foi de queda de 8%, e a do segundo, de recuo de 4,7%.

Já no caso da América Latina como um todo, a média do cenário principal dos analistas consultados é de queda do PIB de 7,9% em 2020 e crescimento de 1,9% em 2021. Para 2020, a média dos cenários pessimistas é de queda de 10,5%, e a dos otimistas, de recuo de 5,8%.

Em termos de volta ao nível de produto pré-pandemia, a maior parcela (35,3%) dos especialistas da América Latina prevê que isso ocorra na região em 2022. Uma parcela de 23,5% crê que a volta ao nível anterior ocorrerá em 2021, mas quase 40% consideram que isso acontecerá apenas em 2023 ou depois.

Já os analistas europeus chegaram aos piores prognósticos econômicos, em relação à sua própria região, na comparação com o resto do mundo. A projeção média de recuo do PIB da zona do euro em 2020 é de 8,9%, com previsões de queda de dois dígitos nos casos de Espanha (-13,5%), Itália (-10,5%) e Portugal (-10,5%).

Em termos do formato da recuperação, a maioria dos analistas (42%, e lembrando que cada um fez previsões para o seu próprio país) acredita em retomada em U, o que os organizadores do trabalho definem, na parte da recessão, como um “declínio forte e persistente” (com uma recuperação simétrica, naturalmente).

Outros 32% entre os especialistas preveem retomadas no formato do símbolo da Nike, isto é, “um declínio forte e temporário seguido por uma recuperação lenta”, segundo a definição do estudo. Apenas 6% dos analistas previram retomada em V, isto é, recuperação forte depois de queda intensa.

Já uma parcela de 21% previu recessão com mergulho duplo, o que seria o formato do W. No Reino Unido, 40% dos especialistas previram retomada em W, e, nos Estados Unidos, 37%. A previsão da “double-dip recession” está ligada, naturalmente, ao temor de uma segunda onda da Covid-19.

Um aspecto em que o Brasil não aparece bem, segundo os especialistas do próprio país, é o impacto da pandemia no crescimento potencial. Na maior parte dos países, a grande maioria dos analistas considera que haverá efeito negativo no produto potencial.

Mas a pesquisa distingue dois tipos de efeito. Um é o “efeito nível”, em que há uma queda no produto, que não se recupera depois. E outro é o “efeito crescimento”, em que a taxa de expansão do produto potencial passa a ser menor. No caso brasileiro, 35% dos analistas disseram esperar um impacto negativo no PIB potencial pelo efeito nível, e 65% pela combinação de efeito nível e efeito crescimento.

Nesse segundo indicador (porcentagem dos analistas que esperam perda de produto potencial tanto pelo efeito nível quanto pelo efeito crescimento), o Brasil foi o pior de uma lista dez economias importantes selecionados pelos organizadores do trabalho.

Fernando Dantas é colunista do Broadcast (fernando.dantas@estadao.com)

Esta coluna foi publicada pelo Broadcast em 16/10/2020, sexta-feira.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 19/10/2020

POSSIBILIDADE DE REVISÃO DO SIMPLES PREOCUPA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, questionou, na semana passada, se o regime tributário consegue gerar 'tanto emprego assim'; presidente do Sebrae, Carlos Melles, vai procurar o deputado para apresentar dados

Por Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A declaração do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em defesa da necessidade de rediscutir o Simples colocou em estado de alerta as empresas que pagam os impostos por esse regime diferenciado de tributação.

Na última quinta-feira, 15, Maia disse que o subsídio tributário do Simples é de R\$ 80 bilhões e que "dá a impressão" de que a produtividade das empresas do Simples não é equivalente à das demais. Chamou atenção, principalmente, o trecho da fala do presidente da Câmara que coloca em dúvida se o Simples está conseguindo gerar "tanto emprego assim".

A preocupação é maior porque as micro e pequenas empresas são o grupo que mais sofreu para conseguir acesso a crédito durante a pandemia de covid-19. Somente nos últimos meses é que as linhas de financiamento começaram a fluir por meio do Pronampe. Mesmo assim, o dinheiro para o programa, que tem garantia do Tesouro Nacional, acabou e há uma negociação em curso para aumentar o crédito em mais R\$ 12 bilhões.

O temor é que o Simples vire alvo do corte de renúncias tributárias que o Congresso promete fazer para arrumar mais recursos para o Renda Cidadã, programa social que o governo quer criar depois do fim do auxílio emergencial.

Ao Estadão/Broadcast, o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas (Sebrae), Carlos Melles, disse que vai procurar Maia para apresentar dados que mostram a importância arrecadatória. Ele contesta a avaliação de que o Simples precisa de revisão. “Vindo do presidente Rodrigo Maia é preocupante. Ele é um político dos mais consistentes e conscientes do País”, disse.

Melles ressaltou que o Sebrae está buscando um entendimento com a Receita sobre a interpretação dos números arrecadatórios do Simples. Um grupo de trabalho foi formado com o Fisco federal. “Aquilo que parecia renúncia é hoje talvez a maior fonte de arrecadação”, ponderou.

Segundo o presidente do Sebrae, os dados de 2017 e 2018 mostram que empresas do Simples estão arrecadando “proporcionalmente” mais do que as empresas que pagam os tributos pelos

sistemas de lucro presumido e lucro real. A entidade quer promover um debate com Maia para colocar esse ponto de vista. “A mensagem que ele passa é que o Simples no Brasil está exagerado nos benefícios. Cabe a nós mostrar que o Simples tem um modelo adequado à situação que o Brasil vive. Ainda mais na pandemia”, afirmou.

O segmento de micro e pequenas empresas combate há anos a interpretação de que a desoneração de impostos do Simples é uma renúncia. Essa avaliação é da própria Receita, que computa o Simples na lista de gastos tributários (subsídios e isenções do governo federal). Essa lista está na mira da tesourada do Congresso.

O presidente do Sebrae destaca que, na crise da covid-19, tem havido uma formalização grande de micro e pequenas empresas, além do microempreendedor individual (MEI). O diagnóstico para esse fenômeno é que são brasileiros sem emprego por causa da crise buscando uma opção de trabalho com autonomia. Os desempregados estão migrando para MEI, que garante cobertura da Previdência, licença-maternidade e aposentadoria em caso de invalidez.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 19/10/2020

MAERSK QUER CRESCER NO BRASIL E MIRA AQUISIÇÕES NA LOGÍSTICA TERRESTRE

Por Andre Italo



<https://economia.estadao.com.br/blogs/coluna-do-broad/wp-content/uploads/sites/431/2018/01/porto-santos-jose-patricio-estadao-900x600.jpg>

Foto: Codesp/Divulgação

A dinamarquesa Maersk, maior empresa de logística integrada do mundo, está de olho no mercado brasileiro e busca agora oportunidades de aquisições para ampliar seu portfólio no Brasil. O grupo passa por uma reestruturação no mundo e quer crescer fora do seu core business, o transporte de longas distâncias. Na esteira das

transformações globais, Julian Thomas assumiu, em setembro, a presidência do grupo no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai após ter sido Diretor Superintendente da Hamburg Süd e Aliança Navegação e Logística, adquiridas pela Maersk em 2017.

Em sua primeira entrevista no novo cargo, Thomas destacou ao Broadcast que o grupo está monitorando oportunidades para aquisições de companhias no segmento de transporte terrestre, sobretudo com foco na estocagem de produtos e com robusto sistema de distribuição. Apenas nos últimos 12 anos, a Maersk já investiu mais de US\$ 7,5 bilhões nos seus negócios no País.

O executivo explicou que a empresa está investindo de forma intensa para ter menos dependência do mercado de longas distâncias. “Estamos investindo sobretudo em conhecimento e em sistemas para cobrir toda a cadeia de logística da porta do cliente até o destino final”, disse.

Hoje a Maersk já atua no mercado “end to end” (de ponta a ponta) e o foco é crescer nesse setor. “O que a estratégia visa é ampliar esse mercado com investimentos em capacidade, armazenagem, sistemas e até aquisição de empresas a nível global para viabilizar e fortalecer esse setor de prestação de serviço em terra”, disse.

O executivo destacou que a participação da Maersk hoje no campo de logística é relativamente pequena no Brasil e que crescer sua estrutura própria também faz parte da estratégia. Sobre as aquisições, ele destacou que grupos com muita força no transporte rodoviário não estão no radar, já que a empresa tem um ativo significativo de caminhões próprios. Em Manaus, por exemplo, a Maersk caminha para concluir até novembro um processo de renovação de frota de 15 caminhões e 100 carretas a um custo de US\$ 3 milhões.

O País, entretanto, precisa vencer o que o executivo chamou de “burocracia”, termo comum usado pelos brasileiros para descrever os entraves jurídicos e legais aos negócios no Brasil e que Thomas, que é inglês, conhece bem. “Esse é o grande entrave e que agrega custos tremendos. O Brasil é muito competitivo da porteira para dentro no campo, mas parte dessa competitividade se perde no caminho até os portos”, disse, saudando as iniciativas do atual governo para melhorar o cenário.

O interesse da empresa no Brasil não veio do nada. O País é um dos principais exportadores e produtores de laranja, café, soja, açúcar e carne. Sozinho, o Brasil responde por 8% das exportações mundiais de produtos agrícolas, de acordo com o Trade Map – ITC, grupo de estatísticas internacionais sobre desenvolvimento de negócios.

A pandemia teve efeito duro sobre os negócios da Maersk no Brasil no segundo trimestre. “De forma geral no mercado, os volumes nos traders internacionais do Brasil caíram perto de 12%. Na cabotagem, essa queda chegou a 40%”, disse.

A recuperação começou a chegar. A exportação, por causa das commodities agrícolas, deu sustentação ao mercado no pior da crise e agora as importações também estão voltando. “Continuamos otimistas com o ano que vem diante do crescimento do mercado. Além disso, com o avanço esperado para a economia, estamos otimistas que a cabotagem vai continuar a crescer”, disse.

contato: coluna.broadcast@estadao.com

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 19/10/2020

FERROVIAS: DORIA ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 6 BI E GERAÇÃO DE 134 MIL EMPREGOS

Por Pedro Caramuru e Cristian Fávaro - Em São Paulo



https://conteudo.imguol.com.br/c/noticias/00/2020/09/02/governador-de-sao-paulo-joao-doria-psdb-1599060684703_v2_450x450.jpg

Governador de São Paulo, João Doria (PSDB)

Imagem: ANTONIO MOLINA/ZIMEL PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou nesta segunda-feira (19) o investimento privado de R\$ 6 bilhões, pela empresa Rumo Logística, na malha ferroviária do Estado em obras de duplicação, reativação de trechos inativos, ampliação de pátios e modernização da ferrovia. Segundo Doria, o investimento irá gerar 134 mil novos empregos e atingirá 5 milhões de pessoas em 72 municípios paulistas com “mais segurança viária e mobilidade urbana”. “Esta ação solidifica a posição do Estado de São Paulo como

principal corredor de exportação do agronegócio brasileiro”, reforçou o governador, durante entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 19/10/2020

'MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA É UM DOS PILARES DAS REFORMAS INDICADAS PARA O BRASIL', DIZ DIRETOR DO FMI

Para Vitor Gaspar, mudanças permitirão que o governo resolva da melhor forma a demanda por gastos públicos e a retomada da economia no curto prazo

Entrevista com

Vitor Gaspar, diretor do departamento de Assuntos Fiscais do FMI
Por Ricardo Leopoldo, correspondente, O Estado de S.Paulo

NOVA YORK - O diretor do departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI), Vitor Gaspar, disse em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast que "quanto mais crível for o processo de reformas no Brasil, mais fácil será para o País administrar a sua situação macroeconômica". Para ele, "a modernização do sistema tributário é um dos pilares centrais do programa de reformas estruturais recomendado para o Brasil", disse, acrescentando que a continuidade das mudanças permitirá que o governo equacione da melhor forma as demandas de gastos públicos e a retomada da economia no curto prazo, além de permitir equilíbrio fiscal nos próximos anos.

"No caso do Brasil, a âncora com maior credibilidade é o limite de despesas federais", acrescentou, lembrando que as projeções macroeconômicas do FMI para o País consideram a manutenção do teto de gastos. O Fundo estima que o Brasil registrará déficit primário até 2025. Em função do aumento de despesas públicas, sobretudo devido à necessidade de combater a grave recessão causada pela covid-19, a projeção é de que tal indicador atingirá 12% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. Nesse contexto, a dívida pública deverá encerrar este ano em 101,4% como proporção do PIB e chegará a 104,4% do produto interno bruto em 2025. Leia os principais trechos da entrevista.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/1/4/1603108899641.jpg>

O diretor do departamento de Assuntos Fiscais do FMI, Vitor Gaspar. Foto: Michel Spilotro/FMI

O Brasil em 2021 deve continuar com os gastos públicos elevados para ajudar na recuperação econômica ou precisará reduzi-los de forma expressiva, para não provocar desequilíbrios excessivos das contas públicas?

As reformas que o Brasil fez antes da pandemia, como a da Previdência e a adoção do teto de gastos federais, assim como seu regime de metas de inflação, permitiram ao País conquistar

uma credibilidade que viabilizou a resposta muito vigorosa das políticas fiscal e monetária para combater os impactos econômicos da pandemia do coronavírus. Quando avaliamos o futuro, observamos que o Brasil poderá enfrentar uma pressão no Orçamento dependendo do ritmo de recuperação da atividade, da evolução da epidemia e das restrições financeiras da economia. Existe um cenário macroeconômico no qual os gestores de política econômica precisarão continuar a apoiar as famílias e as empresas e ao mesmo tempo assegurar a sustentabilidade fiscal. Por isso é crucial manter as condições de financiamento do Tesouro e a estabilidade financeira e macroeconômica do País. Como esta equação poder ser realizada de forma mais fácil? Continuando com o programa de reformas fiscais que o Brasil executou de forma bem sucedida nos últimos anos.

Nesse sentido, a reforma da Previdência foi extremamente importante. Quanto mais crível for o processo de reformas, mais fácil será administrar a situação macroeconômica. O Brasil tem a necessidade de preservar uma forte âncora fiscal de médio e longo prazos que assegure a sustentabilidade fiscal do País e permita ao governo executar políticas econômicas com credibilidade. Ao mesmo tempo, o Brasil precisa responder de forma eficiente à evolução da epidemia e das condições econômicas e financeiras do País. O equilíbrio dos dois lados da equação só pode ser definido pelos gestores da política econômica.

A projeção do FMI de déficit primário de 3,1% do PIB em 2021 indica que o governo estará num quadro excessivo ou apropriado de gastos públicos no próximo ano?

O déficit primário estimado para 2021 em nosso cenário-base é compatível com uma desaceleração do crescimento da dívida pública e com uma recuperação parcial da atividade econômica no próximo ano, com um crescimento de 2,8% do PIB. Essa trajetória é possível e

plausível nas condições em que estamos agora. É muito importante destacar o grau de risco e incerteza associado a qualquer cenário e a importância da flexibilidade da resposta da política econômica. Mas, nesse aspecto, a resposta que o Brasil deu em março e abril foi uma demonstração de que esta flexibilidade está presente no processo de decisão do País. É importante ressaltar que prevemos que o crescimento da atividade econômica superará a taxa de juros efetiva da dívida pública de 2021 a 2023, o que aponta uma contribuição favorável destes indicadores para a dinâmica da dívida pública.

No caso de o governo brasileiro gastar muito em 2021, levando o déficit primário não para 3,1% do PIB mas para o dobro, isso seria um indicativo de que a política fiscal teria realizado gastos de forma exagerada?

Eu não gostaria de fazer especulações sobre cenários alternativos. Mas vale a pena destacar que, quando olhamos para os mercados da dívida pública do Brasil, neste momento já existe algum sinal de que as restrições de financiamento são uma consideração relevante para o Tesouro.

Se as reformas fiscais não forem retomadas em 2021, quais seriam os efeitos para o Brasil?

Caso não sejam aprovadas as reformas macroeconômicas que permitam o Brasil alcançar a estabilidade das contas públicas e a melhora do quadro orçamentário de médio e longo prazos, o desafio para as autoridades administrarem a economia no curto prazo se tornará mais grave. As prioridades para um programa de reforma destacadas na recente missão do FMI ao Brasil parecem compatíveis com as prioridades do governo no momento atual do país e incluem: fortalecimento das redes de proteção social, racionalização dos programas de assistência social, e redução da rigidez orçamentária através da diminuição das despesas obrigatórias e das desvinculações. Além disso, também é importante modernizar e melhorar o sistema tributário, incluindo a simplificação dos impostos indiretos, a redução dos custos da folha salarial e a diminuição da renúncia fiscal. Também será relevante a revisão da tributação sobre o trabalho e capital que poderá conduzir a um sistema tributário mais progressivo no País. Julgo que a modernização do sistema tributário é um dos pilares centrais do programa de reformas estruturais recomendado para o Brasil.

Como o senhor avalia o quadro político em Brasília, no qual a grande preocupação no Congresso é a definição das presidências da Câmara e do Senado no início do próximo ano, o que indiretamente prejudica a discussão de temas fundamentais, como a continuidade das reformas e o Orçamento para 2021?

Nós nunca fazemos comentários diretos sobre questões políticas envolvendo países membros do FMI. A política está sempre repleta de surpresas. O que vimos no passado recente do Brasil foi a capacidade de aprovar a reforma da Previdência que muitos consideravam impossível. Vimos também o benefício que reformas anteriores, como o teto de gastos e o regime de metas de inflação, oferecem ao País durante crises agudas como a atual. O Brasil pode utilizar todos estes progressos para responder de uma forma vigorosa e flexível à pandemia da covid-19 para reduzir o sofrimento da população e apoiar a atividade econômica, possibilitando uma queda menor do PIB do que seria possível se a resposta macroeconômica não tivesse sido tão efetiva e vigorosa.

Existe um debate no governo sobre a preservação ou não do teto de gastos. Caso o teto seja ultrapassado no próximo ano, quais fatores negativos poderão ocorrer para o País?

Eu não fixaria a atenção em um momento particular do tempo. Mas gostaria de destacar que uma âncora do Orçamento para o médio e longo prazos é absolutamente fundamental para o Brasil e outros países. No caso do Brasil, a âncora que tem maior credibilidade é o teto de despesas federais. A continuação da tradição de disciplina orçamentária implica dar um papel de relevo ao teto de despesas no futuro das políticas orçamentárias do País.

Seria justificado no próximo ano o rompimento do teto no contexto da necessidade do governo continuar a ter elevadas despesas para impulsionar a retomada da economia?

No nosso cenário-base, temos uma recuperação da atividade econômica de forma parcial em 2021.

Mas o cenário-base do FMI para o Brasil prevê a preservação do teto de gastos nos próximos anos, certo?

Sim, nosso cenário-base prevê a preservação do teto de gastos.

Contudo, se for ultrapassado o teto em 2021, quais consequências poderiam ocorrer para o País? A forma como for equacionada esta questão depende dos detalhes da gestão da política orçamentária ao longo do tempo e é uma decisão difícil e que as autoridades devem tomar. Quanto mais forte for a capacidade de ancorar de forma crível e inequívoca a gestão fiscal no médio e longo prazos, maior será a margem de manobra fiscal que as autoridades terão no curto e médio prazos.

A trajetória fiscal do Brasil de médio prazo, segundo o FMI, deve ter déficit primário até 2025 e a dívida pública bruta atingirá 104,4% do PIB naquele ano. Esse cenário é favorável para o País ou os investidores podem ficar preocupados com grandes dificuldades das autoridades para administrar as contas públicas de forma sustentável?

Gostaríamos de ver progresso adicional no Brasil em termos de estabilidade macroeconômica e financeira. Mais importante, gostaríamos que o Brasil realizasse uma transição bem sucedida para um modelo de crescimento resiliente, inclusivo, digital, verde, compatível com o combate a mudanças climáticas, e que conduzisse a uma sociedade mais igualitária, com maiores oportunidades para todos. Se neste contexto o Brasil conseguir crescer de forma mais vigorosa do que registrou nos últimos anos, isto será uma contribuição extraordinariamente importante para reduzir a proporção da dívida pública em relação ao PIB.

A modernização da estrutura de impostos no Brasil pode contribuir muito para o crescimento econômico sustentável. A minha esperança é de que o País seja bem sucedido e possa sair da pandemia da covid-19 ainda mais comprometido com as reformas estruturais, para ter progresso e ser apontado na próxima década como um caso importante de crescimento e desenvolvimento sustentável.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 19/10/2020

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

BOLSONARO ANUNCIA TRÊS ACORDOS BILATERAIS ENTRE BRASIL E EUA

Presidente afirmou também que está em curso uma parceria “ousada” entre os dois países

Por Matheus Schuch, Valor, com Agência O Globo — Brasília



[https://s2.glbimg.com/dHNv2AN4Jm5ocpbzciZJ3QFjAqk=/0x0:1024x768/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/0/w/S3ErBWTf2nLr4pn593EA/mcmaq-29-09-2020-lei-maus-tratos0696.jpg](https://s2.glbimg.com/dHNv2AN4Jm5ocpbzciZJ3QFjAqk=/0x0:1024x768/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/0/w/S3ErBWTf2nLr4pn593EA/mcmaq-29-09-2020-lei-maus-tratos0696.jpg)

— Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta segunda-feira que o Brasil dá “clara e sincera” prioridade à relação com os Estados Unidos e que está em curso uma parceria “ousada” entre os dois países. Segundo o presidente, o Brasil e os EUA finalizaram três acordos bilaterais — facilitação de comércio, boas práticas

regulatórias e anti-corrupção — que devem “reduzir burocracias e trazer ainda mais crescimento” ao comércio entre os países. O discurso ocorreu durante o US-Brazil Connect Summit, evento organizado pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos.

“Há poucos dias, representantes do Brasil e dos EUA concluíram, em tempo recorde, negociação de três acordos há muito demandados pelos setores privados em nossos países, um acordo de facilitação de comércio, um acordo de boas práticas regulatórias e

um acordo anti-corrupção" , afirmou Bolsonaro. "Esse pacote triplo será capaz de reduzir burocracias e trazer ainda mais crescimento ao nosso comércio bilateral, com efeitos benéficos também para o fluxo de investimentos" , acrescentou.

Bolsonaro afirmou também que, "em parceria com presidente [Donald] Trump, inauguramos nova etapa de cooperação". "A prioridade que o Brasil tem nesta relação é clara e sincera", afirmou o presidente. "Para o futuro, vislumbramos um arrojado acordo tributário, um abrangente acordo comercial e uma ousada parceria entre nossos países para redesenhar as cadeias globais de produção", acrescentou.

Bolsonaro assegurou que a abertura do mercado de gás natural no país vai aumentar oferta de energia barata. O setor de energia limpa e renovável, na visão do presidente, tem grande potencial de parceria com os EUA.

"Os biocombustíveis também são essenciais nesse processo de reforma de nossa matriz energética, contribuindo para que essa seja uma das mais limpas do planeta. Estou certo de que, também nessa área, há muito trabalho conjunto que podemos realizar com os EUA" , relatou.

O presidente também citou em seu discurso o que considera uma "ambiciosa" agenda de reformas do governo, que garantirá melhor ambiente de negócios, e provocou empresários a olharem a carteira de privatizações e parcerias do PPI.

"Já fizemos a reforma da previdência, que muitos consideravam impossível. O próximo passo será a aprovação da reforma administrativa, que tem o objetivo de modernizar a gestão pública e resultará em economia de cerca de R\$ 300 bilhões ao Estado nos próximos dez anos" , afirmou. "Em paralelo, também trabalhamos no projeto de reforma tributária, que promoverá a unificação de impostos e resultará em um sistema de arrecadação mais simples, justo e racional, atendendo uma antiga demanda da população brasileira e dos investidores internacionais".

O presidente aproveitou o discurso ainda para apelar aos EUA que apoiem o Brasil no processo de acesso à OCDE

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 19/10/2020*

BNDES PREVÊ R\$ 8,5 BI PARA PROJETO ESG

Banco quer aproveitar ampliação de benefícios tributários para emissão de debêntures sustentáveis

Por Francisco Góes — Do Rio 19/10/2020 05h00 Atualizado

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pretende usar mais as debêntures incentivadas como forma de apoiar projetos de empresas nas áreas de economia "verde" e desenvolvimento social. A instituição prevê subscrever R\$ 8,5 bilhões em debêntures de infraestrutura e sustentáveis - que contam com incentivo fiscal do imposto de renda - no período de 2020-2021. A estimativa é sustentada por operações que estão em fase de estruturação na carteira do BNDES.

"Cada vez mais o banco vai atuar via debênture", diz Petrônio Cançado, diretor de crédito e garantia do BNDES. Ele afirma que o decreto 10.387, de 5 de junho, estendeu o benefício tributário das debêntures de infraestrutura para a economia sustentável. Essa ampliação do benefício permite ao banco apoiar, via debêntures, por exemplo, projetos de energia renovável, caso da geração eólica e solar, e também empreendimentos que têm impactos sociais relevantes como o investimento em saneamento básico.

Cançado diz que o banco vai continuar a trabalhar com o crédito no formato tradicional, via linha Finem, e que a parte de debêntures no financiamento será a que couber no projeto. "Não é todo projeto em que é possível emitir debênture. O percentual de debênture em cada projeto será analisado caso a caso", diz Cançado. Ele afirma que o banco, nas políticas operacionais, tem

custos mais baixos para projetos vinculados a objetivos sociais e ambientais, como na área de resíduos sólidos, segmento em que o “spread” do BNDES é inferior a 1% ao ano. Na média, o “spread” do banco é de 1,30%.

O objetivo de usar mais as debêntures passa por estimular o mercado de capitais e negociações no mercado secundário, diz Cançado. “A operação permite que outros investidores participem.” O desenho se insere na lógica de cofinanciamento com o mercado defendida pelo BNDES.

No momento, o banco está fazendo um mapeamento da carteira de crédito da instituição para identificar qual é a participação de projetos de desenvolvimento sustentável. Historicamente, o banco tem atuação em temas ambientais e sociais. No fim de junho, a carteira de crédito expandida do BNDES somava R\$ 457,6 bilhões. O conceito expandido inclui, além das operações de empréstimo, debêntures, que totalizavam R\$ 10,6 bilhões, e outros ativos com característica de crédito no total de R\$ 2,7 bilhões.

A diretora de finanças do BNDES, Bianca Nasser, diz que 54% da carteira do banco tem ligação com a economia “verde” ou o desenvolvimento social. Desse total, 41% se relacionam com projetos “verdes”, no setor de energia e no agronegócio, e 13% com o desenvolvimento social, incluindo saneamento e outras atividades. “Não quer dizer que o resto da carteira de crédito não tem relação com a economia ‘verde’, isso porque boa parte do restante da carteira é operação indireta [via agente financeiro]. Mas por isso também queremos melhorar o mapeamento da carteira.”

Bianca acredita que a fatia da economia sustentável na concessão de crédito pelo banco tende a crescer considerando o potencial do saneamento, depois de aprovado o novo marco regulatório do setor, e os projetos na área de energia, que continuam sendo relevantes nos desembolsos do BNDES.

A diretora afirma que não está nos planos, a curto prazo, vender a carteira de debêntures R\$ 10,6 bilhões. “As debêntures estão marcadas [no balanço] como carteira até o vencimento, então teríamos que fazer uma reclassificação contábil se formos vender. Hoje as debêntures disponíveis para venda não chegam a R\$ 200 milhões.” Se o plano de subscrever R\$ 8,5 bilhões em debêntures incentivadas for bem-sucedido, a carteira total de debêntures do banco poderia superar os R\$ 19 bilhões até o fim de 2021, aumento de 80% em relação à posição de junho, último dado disponível.

Bianca diz que, quanto mais o banco empresta para projetos sustentáveis, mais “lastro” tem para fazer captações ligadas ao mercado de ESG, incluindo os chamados bônus verde e bônus ESG. A sigla denomina projetos com ênfase social, ambiental e de governança corporativa. “Para emitir um bônus desse, precisa indicar a aplicação em determinados setores e apresentar ao investidor relatórios de acompanhamento de um portfólio de projetos que façam ‘match’ com o valor emprestado”, diz Bianca.

O BNDES foi a primeira instituição financeira no Brasil a emitir um green bond, em 2017, de US\$ 1 bilhão, com lastro em energia solar e eólica. “Para nós, é importante desenvolver portfólio de projetos verdes porque há demanda de investidores”, diz Bianca. O banco quer certificar outros projetos “verdes” para servirem de lastro para novas emissões de bônus no mercado local e internacional. Entre hoje e sexta, o banco promove evento para discutir práticas de ESG.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 19/10/2020

JUSTIÇA NEGA PEDIDO DA HIPER EXPORT E ABRE CAMINHO PARA LEILÃO EM PORTO NO ES

Justiça nega pedido da Hiper Export e abre caminho para leilão em porto no ES Empresa entrou com ação para continuar operando após o fim do contrato de arrendamento numa área de Vila Velha, em 2014

Por Luísa Martins, Valor — Brasília

A Justiça Federal de Brasília negou uma ação movida pela Hiper Export Terminais Retroportuários para permanecer operando, sem licitação, em uma área de contêineres do complexo portuário do Espírito Santo. A decisão abre caminho para a realização do primeiro procedimento de concorrência em 33 anos.

A disputa judicial teve início em 2014, quando expirou o contrato de arrendamento da retroárea de Capuaba, em Vila Velha. Na ocasião, a Hiper Export acionou a Justiça para continuar no local por mais 22 anos, alegando mudanças que ocorreram na legislação portuária entre 1989 e 2010.

Em razão de liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) ainda em 2014, a empresa pôde seguir na área de 70 mil metros quadrados no porto capixaba. Agora, a sentença de primeira instância — que a condena a sair — adentra o mérito da ação e tem caráter definitivo, embora ainda caiba recurso.

Na decisão, a juíza substituta Diana Wanderlei, da 5ª Vara Federal Cível de Brasília, escreveu que o arrendamento já deveria ter se encerrado há mais de cinco anos e que a Hiper Export insiste no litígio para “se beneficiar de um contrato irregular”, violando os princípios da isonomia e da livre concorrência.

“A procrastinação da permanência da autora, que ocupa bem público sem nunca ter se submetido ao processo licitatório, fere não apenas a paridade de oportunidade de concorrência entre interessados em celebrar o contrato administrativo, mas também o melhor interesse da administração pública em submeter ao crivo do processo licitatório e escolher o contratado que melhor atenda aos fins almejados”, disse.

A magistrada também negou pedido da empresa para ser indenizada pelos valores investidos na retroárea. “A sucessão de leis no tempo e as suas disposições de transição da permanência já foram mais que suficientes para o autor reverter os seus custos da atividade empresária, no longo período que ocupou espaço público sem se submeter à licitação.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 19/10/2020

COMISSÃO DO SENADO APROVA MAIS 6 INDICAÇÕES PARA AGÊNCIAS

Foram aprovadas pela CI nomes indicados pelo governo Jair Bolsonaro para repor os quadros de comandos da ANP, da Antaq, da Anatel e da Aneel

Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília

Votação	Qualidade	Votos	Situação	Branco	Total de Votos
CARLOS B. - ANATEL	SIM	14	Confirmado	0	15
	NÃO	1			
EDUARDO M. - ANTAQ	SIM	14	Confirmado	0	15
	NÃO	1			
HÉLVIO G. - ANEEL	SIM	13	Confirmado	0	15
	NÃO	2			
RODOLFO SABOIA-ANP	SIM	13	Confirmado	0	15
	NÃO	2			
SYMONE ARAUJO-ANP	SIM	13	Confirmado	0	15
	NÃO	2			

[https://s2.glbimg.com/Rx-bB1XznifGyINgQL1dWcDjATE=/0x0:1024x683/924x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/E/Y/BALwGzQj6vasyVgJbdqg/50507115121-b01752eb35-b.jpg](https://s2.glbimg.com/Rx-bB1XznifGyINgQL1dWcDjATE=/0x0:1024x683/924x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/E/Y/BALwGzQj6vasyVgJbdqg/50507115121-b01752eb35-b.jpg)

Foto - Pedro França/Agência Senado

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado aprovou na tarde desta segunda-feira (19) mais seis nomes indicados pelo governo Jair Bolsonaro para repor os quadros de comandos da Agência

Nacional de Petróleo (ANP), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), da Agência Nacional de Telecomunicações e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Mais cedo, dez indicações para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) já tinham sido aprovadas. Todos os nomes que passaram por sabatina na comissão deverão aguardar, ainda, a confirmação em votação no plenário do Senado.

ANP

Para a ANP, a comissão aprovou Rodolfo Henrique de Saboia, para o cargo de diretor-geral na vaga de Décio Oddone — que renunciou ao cargo em março deste ano. Graduado em Ciências Navais pela Escola Naval, Saboia obteve títulos equivalentes a mestrado e doutorado na mesma instituição. Ele construiu carreira na Marinha e foi transferido para reserva em 2012. Como contra-almirante, foi diretor-geral do Material da Marinha, comandante da Força de Superfície e diretor-geral de Navegação.

Outra vaga da ANP deverá ser assumida por Symone Christine de Santana, no lugar de Aurélio Cesar Amaral. Formada em Engenharia Química pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Symone concluiu mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela mesma instituição e doutorado em Manejo de Recursos Naturais pela Universidade de Brasília (UnB). Ela entrou no serviço público federal como especialista em políticas públicas e gestão governamental. Atualmente, é diretora do Departamento de Gás Natural, da Secretaria de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, onde participou da coordenação do Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN).

Após o aval do Senado, o mandato do almirante Saboia se iniciará em 23 de dezembro. Já Symone Araújo, caso confirmada, poderá tomar posse quando a nomeação for publicada no "Diário Oficial da União", na vaga decorrente do término do mandato do ex-diretor Aurélio Amaral, que se encerrou em 28 de março.

No momento, os cargos são exercidos de forma interina por uma lista tríplice de servidores da agência, composta por Raphael Moura, José Gutman e Marcelo Castilho.

Antaq

Na CI, o nome de Eduardo Nery Machado Filho foi aprovado para exercer o cargo de diretor-geral da Antaq. Graduado em Engenharia Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Machado é auditor federal de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU) e atualmente está lotado como chefe de gabinete do ministro da corte, Vital do Rêgo.

A Antaq deve repor o quadro da diretoria com a indicação de Flávia Takafashi, no lugar de Francisval Dias Mendes. Formada em Direito pelo Centro Universitário Cruzeiro do Sul (UDF), Flávia é mestre em Direito das Relações Internacionais e servidora da agência. É diretora do Departamento de Gestão de Contratos da Secretaria de Portos do Ministério da Infraestrutura e presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos.

Anatel

Na Anatel, a diretoria deve receber Carlos Manuel Baigorri para o lugar de Aníbal Diniz. Economista pela Universidade de Brasília (UnB), Baigorri é mestre e doutor em Economia pela Universidade Católica de Brasília. Servidor de carreira da Anatel, aprovado em primeiro lugar no concurso de 2009, ele registra passagens pelas chefias das Superintendências de Competição, Executiva e Controle de Obrigações do órgão.

Aneel

Na Aneel, Hélio Guerra deve assumir o lugar de Rodrigo Limp Nascimento. Formado em contabilidade pela Universidade de Brasília (UnB), Guerra possui mestrado em Sistemas Elétricos de Potência pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá e doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Unicamp. Desde 2019, atua no Ministério de Minas e Energia como secretário adjunto de planejamento energético. Entre 2001 e 2019, comandou as Superintendências de Fiscalização e de Concessões e Autorizações de Geração, além de presidir a Comissão Especial de Licitações (CEL), responsável por contratar novos projetos de transmissão e geração de energia. (Colaborou Gabriela Ruddy, do Rio.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 19/10/2020

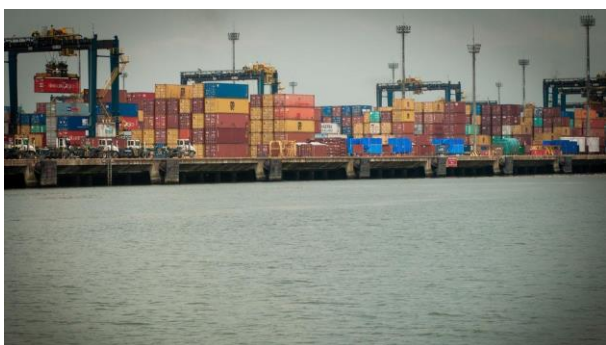
BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 682 MILHÕES NA SEMANA

O valor é resultado de exportações de US\$ 3,47 bilhões e importações de US\$ 2,79 bilhões no período

Por Valor — São Paulo

A balança comercial registrou superávit de US\$ 682 milhões na terceira semana de outubro, informou a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia. O valor é resultado de exportações de US\$ 3,47 bilhões e importações de US\$ 2,79 bilhões no período. Em outubro, o saldo positivo acumula US\$ 3,26 bilhões e, no ano, soma US\$ 45,4 bilhões.

A média diária de exportações em outubro, até a terceira semana, somou US\$ 887,3 milhões, queda de 0,3%% sobre outubro do ano passado. O desempenho foi influenciado pela retração de 17,2% das vendas ao exterior de produtos agropecuários. Em contrapartida, os embarques da indústria extrativa subiram 7,5%, seguidos pela alta de 1,9% nas vendas da indústria de transformação.



[https://s2.glbimg.com/vyq63wESmhP60HdOUKlru3w0_Fw=/0x0:1556x878/984x0/smart/filters:strip_i cc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/E/0/EvZKUvQ0aJ8Qonx35MVw/18emp-100-santos-b2-img01.jpg](https://s2.glbimg.com/vyq63wESmhP60HdOUKlru3w0_Fw=/0x0:1556x878/984x0/smart/filters:strip_i cc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/E/0/EvZKUvQ0aJ8Qonx35MVw/18emp-100-santos-b2-img01.jpg)

— Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Em relação às importações a média diária registrou queda de 23,7% na comparação entre outubro deste ano, até a terceira semana (US\$ 590,78 milhões), com outubro passado. A compra de produtos agropecuários caiu 0,8% no período. Também registraram quedas nos desembarques a indústria extrativa (-37,5%) e a indústria de transformação (-23,7%).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 19/10/2020

CÂMARA TENTA VOTAR MP QUE FACILITA EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS

Pelo menos 80% do programa serão direcionados a empresas menores, com receita bruta anual de até R\$ 100 milhões

Por Heloísa Cristaldo, da Agência Brasil, Valor — Brasília

A Câmara dos Deputados retoma as atividades virtuais terça-feira, a partir das 13h55, para analisar a Medida Provisória 992/20, que cria o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE). A medida propicia às microempresas e empresas de pequeno e médio portes melhores condições para a obtenção de crédito nas instituições financeiras em razão da pandemia de covid-19.

Em regulamentação aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o crédito concedido pelas instituições credoras do CGPE será destinado exclusivamente ao capital de giro das empresas, tendo prazo mínimo de 36 meses, bem como carência mínima de seis meses para o início da amortização da dívida. Pelo menos 80% do programa serão direcionados a empresas menores, com receita bruta anual de até R\$ 100 milhões

Também está na pauta a MP 993/20, que renova 27 contratos de pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) até 28 de julho de 2023. Outro projeto em análise será o PL 4199/20, que libera progressivamente o uso de navios estrangeiros na navegação de cabotagem (entre portos nacionais), sem a obrigação de contratar a construção de embarcações em estaleiros brasileiros.

Obstrução

Líderes de partidos de oposição anunciaram que continuarão a obstruir os trabalhos até que seja pautada a Medida Provisória 1000/20, que prorroga o auxílio emergencial até dezembro com o

valor de R\$ 300 mensais. A oposição tem articulado para que o governo mantenha o valor de R\$ 600 até o fim do ano.

"Estamos entrando em obstrução política. O governo faz tudo para deixar a medida provisória caducar porque ela já está com seus efeitos sendo realizados. O governo não quer votar a medida provisória. Não aceitaremos votar nada se não entrar em pauta a MP 1000, do auxílio emergencial, em respeito ao país", disse o líder da minoria, José Guimarães (PT-CE).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 19/10/2020



AGÊNCIA BRASIL - DF

BRASIL E EUA CONCLUEM ACORDOS PARA FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS

(Crédito: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

Presidente Jair Bolsonaro: Brasil e EUA concluíram, há poucos dias, três acordos: de facilitação de comércio, boas práticas regulatórias e anticorrupção.

O presidente Jair Bolsonaro disse hoje (19) que representantes do Brasil e dos Estados Unidos concluíram, há poucos dias, as negociações de três acordos demandados por empresários dos dois países, de facilitação de comércio, boas práticas regulatórias e anticorrupção. "Esse pacote triplo será capaz de reduzir burocracias e trazer ainda mais crescimento ao nosso comércio bilateral, com efeitos benéficos também para o fluxo de investimentos", disse.

Bolsonaro participou da abertura da conferência de negócios US-Brazil Connect Summit nesta segunda-feira, de forma virtual, e convidou os investidores a examinarem a carteira de negócios do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), de concessões e privatizações do governo federal. Ele destacou as novas oportunidades de negócios no país, com a abertura do mercado brasileiro de gás natural e o fortalecimento na área de biocombustíveis, "essenciais nesse processo de reforma de nossa matriz energética".

Para o presidente, "há um enorme potencial" na agenda de cooperação entre os dois países, e, diversas áreas de interesse comum. "Para o futuro, vislumbramos um arrojado acordo tributário, um abrangente acordo comercial e uma ousada parceria entre nossos países para redesenhar as cadeias globais de produção", afirmou.

Durante seu discurso, o presidente também falou sobre a assinatura de acordo na área de Defesa, com a abertura de novas oportunidades de cooperação entre as Forças Armadas e as indústrias de ambos os países. "Esse é o primeiro acordo da modalidade que os EUA firmam com um país da América do Sul, o que também demonstra a disposição do lado americano em aprofundar a relação bilateral", ressaltou.

No mesmo sentido, Bolsonaro disse que a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) é "um firme propósito do Estado brasileiro, para o qual temos muito nos empenhado, tanto em nível técnico quanto político", com o apoio do governo dos EUA. "O ingresso do Brasil na OCDE irá gerar efeitos positivos para a atração de investimentos nacionais e internacionais e será mais uma evidência da nossa disposição em assumir compromissos e responsabilidades compatíveis com a importância do nosso país no sistema internacional."

De acordo com Bolsonaro, sua aproximação com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, inaugurou "uma nova etapa no relacionamento entre as duas maiores economias e democracias do hemisfério".

“A prioridade que o Brasil confere a essa relação é clara e sincera. Desde o início de meu governo, visitei os EUA em quatro oportunidades, e em todos estive com o presidente Trump”, afirmou.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data : 19/10/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

INDÚSTRIA ESTIMA MOVIMENTAÇÃO DE ATÉ R\$ 2 BILHÕES A PARTIR DE TACS DE CONTEÚDO LOCAL

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 19/10/2020 - 19:39



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/181124-plataforma-p-57-epi.jpg>

Arquivo/Divulgação

Nova norma da ANP, em discussão, prevê reversão de multas por descumprimento de índices contratados em compras locais, o que pode representar oportunidades para setor de bens e serviços.

Representantes da indústria nacional de bens e serviços estimam que os termos de ajustamento de conduta (TACs) de conteúdo

local têm potencial de movimentar até R\$ 2 bilhões, entre aportes diretos e indiretos. A nova regulamentação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que está em discussão, tem como objetivo reverter multas aplicadas por descumprimento de compromissos de conteúdo local em investimentos, de forma a estimular a indústria brasileira. No final de setembro, a ANP realizou audiência pública sobre a minuta da norma sobre a regulamentação dos TACs que compreende fases já encerradas dos contratos de exploração e produção.

Na ocasião, o superintendente de conteúdo local da ANP, Luiz Henrique Bispo, destacou que a proposta visa apresentar, de forma clara e objetiva, qual será o rito para análise e aceitação dos pedidos de celebração de TAC e também para o acompanhamento e fiscalização desse compromisso e as consequências de um eventual descumprimento.

O diretor-executivo de petróleo, gás natural, bioenergia e petroquímica da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Alberto Machado, considera a resolução dos TACs de extrema complexidade, pois demanda uma análise criteriosa dos prós e contras para que um segmento não seja favorecido em detrimento de outro. Para Machado, a ANP está consciente dessa questão, fazendo reuniões com os principais atores.

“O conteúdo local, quando foi colocado, não era multar nem criar problema para as IOCs (international oil companies), e sim para induzir e motivar compras no Brasil”, ponderou Machado. Ele acrescentou que essas empresas já têm fornecedores habituais e modos de comprar, o que gera comodidade e confiança em comprar com habitual. No entanto, Machado disse que, durante a pandemia, os fornecedores locais comprovaram garantia de fornecimento para as encomendas e contratações realizadas no Brasil.

A Abimaq entende que os TACs visam o melhor uso da multa, no sentido de devolver oportunidades para os vendedores prejudicados (indústria de bens e serviços) quando a empresa não cumpriu os índices de conteúdo local. A avaliação é que os termos serão formatados para evitar insegurança jurídica e que a ANP consiga reverter para que os investimentos ocorram no Brasil e os valores sejam direcionados para compras locais.

Para Machado, os prestadores de serviços levam certa vantagem porque alguns dos serviços, como instalação e perfuração, não são 'importáveis'. "Tudo está sendo bem discutido com seriedade. Na ANP, estão sendo cautelosos e abrangendo todas as possibilidades, visitando tudo que pode acontecer. Não adianta fazer um TAC que não dá resultado prático. Importante fazer relação ganha-ganha porque as empresas de petróleo acabam tendo certo compliance. Multa nunca é bom para a administração", analisou.

As cláusulas de conteúdo local estipulam um percentual mínimo de contratações de bens e serviços que devem ser realizadas no Brasil. Desde a 13ª rodada de licitações da ANP, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) determinou a adoção de novo modelo de conteúdo local e permitiu a adoção de exigências distintas daquelas vigentes nos contratos passados, o que resultou na resolução ANP 726/2018 e na possibilidade de aditamento dos contratos vigentes com fases não encerradas para que esses pudessem incorporar os aprimoramentos resultantes da evolução regulatória. No entanto, por questões jurídicas, a mudança regulatória não pode ser aplicada a contratos extintos ou a fases já encerradas. Foi proposto então que esses casos não contemplados pelo aditamento sejam tratados por meio de TACs, de adoção facultativa pelos concessionários.

A expectativa do setor é que os TACs ajudem a movimentar empresas estabelecidas no país, gerando empregos e oportunidades locais. O diretor da RBNA Consult, Luis de Mattos, avalia que, por motivos diversos, nem sempre é possível atingir o conteúdo local mínimo acordado. Ele acredita que os TACs são a melhor alternativa para quando essa meta não é atingida. Mattos observa que o conteúdo local é uma prática internacional de contrapartida prevista em contratos de concessão para exploração de campos de petróleo.

Para Mattos, as receitas originadas de multas não são interessantes para ninguém, na medida em que a concessionária gastou sem ter retorno e que o Estado arrecadou sem ter recebido o que realmente almejava. Ele destacou que o TAC transforma a multa em novos investimentos de conteúdo local. "Nova oportunidade para a concessionária contratar empresas estabelecidas no país. Ao invés de gastar dinheiro com multa, a concessionária usa essa verba para adquirir bens e serviços. A sociedade, aqui representada pelo Estado, ao invés de receber um dinheiro de multa, recebe a movimentação da economia através dessas contratações, gerando emprego e renda. É a solução perfeita para operadoras e fornecedores", analisou.

Mattos considera que o Brasil tem tradição de manter seus contratos, o que é importante para evitar insegurança e criar um ambiente de estabilidade jurídica importante para atrair investidores. Segundo o consultor, o tema foi bastante debatido, o que ajuda a mitigar as principais dificuldades. Ele estima que o potencial de investimento gerado pelo TAC é proporcional ao potencial de multa pelo não-cumprimento do investimento inicial acordado. Mattos ressaltou que o recurso do TAC será direcionado para alavancar o setor, diferente da multa que vai para a União. "O recurso será usado na contratação de bens e serviços de empresas estabelecidas no Brasil, gerando subcontratações de mais bens e serviços, acarretando em geração e manutenção de empregos diretos e indiretos, aumentando renda e consumo e movimentando a economia. O potencial de investimento gerado pelo TAC é gigantesco", projetou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/10/2020

PARA ANTAQ, GESTÃO DA MÃO DE OBRA PREVISTA PELA LEI DOS PORTOS NÃO ATENDE DEMANDA ATUAL DOS PORTOS

Por Dérika Virgulino PORTOS E LOGÍSTICA 19/10/2020 - 19:36

TCU concluiu em relatório que gestão da mão de obra feita pelos OGMOs tem sido um limitador da eficiência portuária.

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, no último dia sete, um relatório com recomendações para a melhoria da eficiência dos portos organizados. Um dos aspectos de destaque do relatório se refere ao modelo de oferta de trabalhadores portuários por meio dos Órgãos de Gestão de Mão de Obra (OGMOs). O tribunal concluiu que existe um caráter monopolista por parte do OGMO e que isso acarreta limitações à eficiência portuária.

Por ser considerado um tema sensível, o Ministro do TCU, Bruno Dantas, responsável pelo acompanhamento do relatório elaborado pela Secretaria de Fiscalização e Infraestrutura Portuária e Ferroviária (Seinfra) do órgão, determinou que o Ministério da Infraestrutura e a Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq) elaborassem estudos sobre acerca do assunto. O objetivo que apresentem uma análise que colabore com a transição para um sistema mais eficiente na contratação de trabalhadores.

A Antaq afirmou que o TCU apontou o problema da mão de obra portuária de forma acertada, pois, segundo a agência, a gestão de diversos OGMOs pelo país tem se mostrado ineficiente, resultando em elevados custos para o setor. Para a Antaq, a gestão de mão de obra tal como previsto na Lei dos Portos (nº 12.815/13) já não atende mais a necessidade da realidade do trabalho demandado pelos portos nos dias atuais. “E ela não só repisou um sistema já ultrapassado da Lei 8.630/1993, que foi gestado para ser temporário, como o agudizou ao prever a exclusividade da mão de obra avulsa”, afirmou a Antaq.

De acordo com a agência, os OGMOs precisam ser opcionais aos operadores portuários que assim desejam gerir sua mão de obra. “O monopólio dos trabalhadores portuários avulsos não se justifica. Por respeito a todos os trabalhadores brasileiros, o acesso ao trabalho portuário precisa ser universal”, concluiu a agência. Atualmente a Antaq vem se debruçando em diversos processos administrativos que envolvem discussões como: as mensalidades do OGMO, exigências de requisição de trabalhadores em sistemas portuários automatizados, entre outros temas.

A análise que o presidente interino do Sindicato dos Estivadores de Santos e Região (Sindestiva), Sandro Olímpio, faz é que “induziram o TCU ao erro”. Segundo ele, não se trata de obrigatoriedade no fornecimento de trabalhadores, mas sim de prioridade. Ele explicou que é um edital para a seleção da mão de obra é aberto e, caso não atende aos requisitos, é possível que o operador busque o trabalhador de fora do porto.

De acordo com Olímpio, o que existe é uma mobilização de operadores que desejam cortar custos a partir da redução de salário, com visto ao “aumento do lucro”, frisou. Ele disse que a própria criação do OGMO foi impulsionada pelos operadores que queria reduzir a influência dos sindicatos sobre a mão de obra.

Outra crítica que vem sendo feita por parte dos operadores trata-se da falta de atualização da mão de obra. Sobre isso, Olímpio pontua que seria melhor o operador investir na mão de obra já existente, no lugar de ir buscar trabalhadores fora dos OGMOs.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/10/2020

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM REGIME DE PARTILHA FOI DE 22 MIL BPD EM AGOSTO

Da Redação OFFSHORE 19/10/2020 - 14:48



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/160930-Plataforma-de-Petroleo.jpg>

A produção de petróleo em regime de partilha foi de 22 mil barris/dia (bpd) em agosto, 24% inferior ao registrado em julho. A queda é reflexo da parada programada de 27 dias na produção da Área de Desenvolvimento de Mero para execução das operações de desconexão da linha de 8 polegadas. A retração na produção de Mero vem ocorrendo desde abril, conforme planejamento do operador, quando se iniciou a troca da linha de

produção de óleo de 8 polegadas para a linha de serviço de 6 polegadas.

Mero irá operar com uma linha de 6 polegadas até o fim de novembro deste ano, quando está prevista a instalação de uma segunda linha, também de 6 polegadas. Os dados fazem parte do Boletim Mensal de Contratos de Partilha de Produção, elaborado pela Pré-Sal Petróleo (PPSA) e divulgado nesta segunda-feira (19).

Dos 22 mil bpd, 11 mil bpd foram produzidos pelo Campo de Sudoeste de Tartaruga Verde, 8 mil bpd pelo Campo de Entorno de Sapinhoá e 3 mil bpd por Mero. Com o impacto do resultado de Mero na produção em agosto, conseqüentemente, a parcela média diária de petróleo da União nos três contratos também apresentou queda de 29% naquele mês em relação a julho. A média diária do total do excedente em óleo da União nos três contratos foi de 4,9 mil bpd, sendo 4,5 mil bpd no Entorno de Sapinhoá, 400 bpd na Área de Desenvolvimento de Mero e 42 bpd no Sudoeste de Tartaruga Verde.

Desde janeiro de 2017, início da série histórica, a produção acumulada dos três contratos é de 42,2 milhões de barris de petróleo. Desse total, a União teve direito a 6,8 milhões de barris.

Gás natural

Em agosto de 2020, a produção total média diária (consórcio e União) foi de 256 mil m³/dia nos dois contratos com aproveitamento comercial do gás natural, sendo 172 mil m³/dia no Entorno de Sapinhoá e 84 mil m³/dia no Sudoeste de Tartaruga Verde. O resultado apresenta queda de 2,66% em comparação a julho deste ano.

A parcela diária da União em agosto de 2020 foi de 92 mil m³/dia, referente aos contratos de Entorno de Sapinhoá (91.589 m³/d) e Sudoeste de Tartaruga Verde (320 m³/d). O gás natural produzido em Mero, com alto teor de CO₂, está sendo injetado no reservatório para um efetivo aumento da produção de petróleo. Até o momento, não há previsão para sua comercialização.

Desde novembro de 2018, início da série histórica, a produção acumulada nos dois contratos soma 178 milhões de metros cúbicos de gás natural. O excedente em gás natural acumulado no período é de 45,1 milhões de metros cúbicos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/10/2020

CI APROVA INDICAÇÃO DE EDUARDO NERY PARA DIRETORIA-GERAL ANTAQ

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 19/10/2020 - 11:35

Nome ainda precisa ser avaliado no plenário do Senado. Cadeira de diretor-geral da agência está ocupada de forma interina desde fevereiro, após saída de Mário Povia. Indicação de Flávia Takafashi, cotada para vaga na diretoria que será aberta em fevereiro de 2021, não foi apreciada na votação desta segunda-feira (19).

A comissão de serviços de infraestrutura (CI) do Senado aprovou, nesta segunda-feira (19), a indicação de Eduardo Nery Machado Filho para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O nome ainda precisa ser avaliado no plenário da casa legislativa. A cadeira de diretor-geral da agência vem sendo ocupada de forma interina desde fevereiro, após a saída de Mário Povia. Desde então, o diretor Franviscal Mendes está como diretor-geral substituto. A comissão não apreciou, na sessão de hoje, o nome de Flávia Moraes Lopes Takafashi, cotada para a vaga de diretora da agência que será aberta em fevereiro de 2021, quando Mendes encerrar seu mandato.

201019-indicacoes-agencias-reguladoras.jpgPortos e Navios apurou que a estratégia do governo de encaminhar dois nomes para vagas na diretoria, uma que está ocupada interinamente e outra que será aberta em alguns meses, visa evitar 'mandatos tampão' previstos na nova lei das agências reguladoras (Lei 13.848/2019). Dessa forma, caso Nery seja aprovado em plenário, a nomeação dele será dada pela presidência da República já como diretor-geral, assumindo automaticamente. Mendes então voltaria para a diretoria dele até o término de seu mandato em fevereiro 2021. Se sabatinada e aprovada em plenário, a nomeação da Flávia se dará em

fevereiro do ano que vem, porém esse rito processual já terá sido realizado. Não há, porém, previsão de quando o nome dela voltará à pauta.

Eduardo Nery é engenheiro civil, com pós-graduação em Auditoria de Obras e em Orçamento Público. Há 20 anos, ele faz parte dos quadros do Tribunal de Contas da União (TCU), sendo 12 na área de infraestrutura, cinco deles atuando como secretário de fiscalização. Desde 2014, ocupa cargo de chefe da assessoria de ministros do TCU, onde atuou na revisão técnica em processos de desestatização do setor de infraestrutura.

Flávia Takafashi é advogada, mestre em Direito das Relações Internacionais, especialista em regulação de serviços públicos pós-graduada em Logística Portuária. Flávia é especialista em regulação de transportes aquaviários na Antaq, onde ingressou por concurso público em 2010. Na agência, ocupou cargos de assessora da diretoria, superintendente de outorgas, superintendente de regulação, gerente de regulação portuária e superintendente de fiscalização e coordenação das unidades regionais. Atualmente é diretora de gestão de contratos do Ministério da Infraestrutura, na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA).

ANP — Além dos nomes da Antaq, as comissões do Senado fizeram um esforço concentrado para apreciar nomes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Anac (Aviação Civil), ANPD (Proteção de Dados), Anatel (Telecomunicações) e Aneel (Energia elétrica). Pela ANP, a CI aprovou os nomes do almirante Rodolfo Henrique de Saboia, para exercer o cargo de diretor-geral, e de Symone Christine de Santana Araujo, para o cargo de diretora da agência. Os dois nomes agora precisam ser aprovados pelo plenário do Senado.

Caso aprovado, o mandato do almirante Saboia se iniciará em 23 de dezembro, dia seguinte ao término do mandato do diretor-geral anterior, Décio Oddone, que renunciou em março deste ano. Até essa data, a diretoria-geral continuará sendo exercida pelo diretor-geral substituto Raphael Moura, integrante da lista tríplice de servidores da ANP designados pelo presidente da República. Symone, caso aprovada, poderá tomar posse quando a nomeação for publicada no Diário Oficial da União, na vaga decorrente do término do mandato de Aurélio Amaral, que se encerrou em 28 de março.

De acordo com a Agência Senado, o presidente da CI, senador Marcos Rogério (DEM-RO), disse que o quórum incompleto nas diretorias das agências compromete o trabalho de regulamentação. A reunião da CI começou por volta das 9h e as votações serão feitas de forma secreta ao longo do dia. Depois da CI, todos os nomes serão votados em Plenário.

Nota da redação: Matéria atualizada às 18h40 para acréscimo das informações sobre o resultado da votação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/10/2020